

Os telejornais nas televisões regionais

João Malainho

**Os telejornais nas televisões regionais –
O caso da RTV**

Universidade Fernando Pessoa

Mestrado em Ciências da Comunicação
(Jornalismo)

Porto, 2010

Os telejornais nas televisões regionais

João Malainho

**Os telejornais nas televisões regionais –
O caso da RTV**

Universidade Fernando Pessoa

Mestrado em Ciências da Comunicação
(Jornalismo)

Porto, 2010

Os telejornais nas televisões regionais

João Malainho

**Os telejornais nas televisões regionais –
O caso da RTV**

Orientador: Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de
Mestre em Ciências da Comunicação / Jornalismo

Sumário

Este trabalho aborda o telejornalismo regional, utilizando como estudo de caso o telejornal da Regiões TV (RTV). Pretendemos aferir em que medida o “Jornal Regional” é aquilo que o seu nome enuncia. Quais os critérios de noticiabilidade utilizados nas suas notícias? Quais os temas mais abordados? Os locais mais referidos? As fontes mais citadas? Estas são algumas das perguntas a que tentamos obter resposta nesta dissertação que dividimos em quatro capítulos: no primeiro abordamos o jornalismo de proximidade, em particular no contexto das televisões regionais. O segundo capítulo debruça-se sobre a história, a técnica e a linguagem dos telejornais. No terceiro capítulo centramo-nos no conceito de notícia e nos critérios de noticiabilidade. No quarto capítulo, apresentamos os resultados da análise de conteúdo e quantitativa feitas ao “Jornal Regional” da RTV que resultam das questões inicialmente colocadas.

Os resultados mostram-nos que os noticiários diários da RTV têm pouca actualidade; que não são feitos por jornalistas, mas sobretudo por estagiários não remunerados; e que é privilegiada a opinião em detrimento da notícia, o que aproxima o nosso objecto de estudo da imprensa local.

Com presença nas grelhas de dois dos maiores distribuidores portugueses de sinal por cabo, e tendo partido da iniciativa de uma empresa do Porto cujos proprietários estão ligados a um partido político regionalista, a RTV aparenta ter possibilidades técnicas e financeiras para ser uma televisão regional bem sucedida. Quatro anos após o seu início, acaba no entanto por se apresentar como um oportunidade incompreensivelmente perdida.

Abstract

This paper focuses on local television news, taking into account the newscast “Jornal Regional” of Regiões TV (RTV). Which are the news values used in the news? What issues are covered? What its geographic coverage? Which are the most quoted sources? These are the questions considered in this paper which is divided into four chapters: the first approaches the local journalism, particularly in the context of local television. The second chapter is about the history, technique and language of television news. In the third chapter the paper focuses on the concept of newsworthiness. In the fourth chapter the results of the analysis we performed on “Jornal Regional” of RTV are presented. These results which were triggered by the above questions are quantitative and in terms of content.

Results show that RTV daily news are outdated, aren't produced journalists but mainly by unpaid trainee journalists, and that opinion is privileged over news. This approaches this newscast to local press.

Being distributed by two of the largest Portuguese cable servers and owned by entrepreneurs with liaisons to a local political party, RTV appears to have both technical and financial capability to be a successful local TV Station. Nevertheless, four years after its beginning it ends up presenting itself as an uncomprehending lost opportunity.

Índice

Introdução	10
------------	----

Capítulo I – Informação e televisões regionais: sua importância

1.1 – Jornalismo regional e local	14
-----------------------------------	----

1.2 – Televisões regionais e locais	23
-------------------------------------	----

1.2.1 – Televisões Regionais em Portugal	26
--	----

Capítulo II – Os telejornais: história, técnica, linguagem

2.1 – O Telejornal – encontro diário com a informação	32
---	----

2.2 – História do telejornal	35
------------------------------	----

2.2.1 – O caso de Portugal	42
----------------------------	----

2.3 – O telejornal – linguagem e técnica	45
--	----

2.4 – Intervenientes na produção do telejornal	46
--	----

Capítulo III - A Noticiabilidade e o Agendamento no contexto do telejornalismo regional e local

3.1 – A Produção Noticiosa	56
----------------------------	----

3.2 – Os Critérios de Noticiabilidade no contexto do telejornalismo regional e local	59
---	----

3.3 – O Agendamento contexto do telejornalismo regional e local	66
Capítulo IV – Estudo de caso (Os telejornais da RTV)	
4.1 – Introdução	69
4.2 – Metodologia	70
4.3 – A RTV	
4.3.1 – A redacção (composição)	72
4.3.2 – Estrutura funcional	73
4.3.3 – Fluxos de informação	73
4.4 – Aspectos da análise formal do “Jornal Regional”	75
4.5 – Análise de conteúdo	81
4.5.1 – Distribuição Geográfica	81
4.5.2 – Os Temas do “Jornal Regional”	82
4.5.3 – As Fontes do “Jornal Regional”	85
4.5.4 – Os Critérios de Noticiabilidade do “Jornal Regional”	86
Conclusão	90
Bibliografia	93

Índice de figuras /tabelas

Imagem 1	–	Pivot com cenário de redacção virtual	76
Imagem 2	–	Pivot com fotografia de paisagem ribeirinha como cenário	76
Imagem 3	–	“Frame” do genérico do “Jornal Regional”	77
Imagem 4	–	“Frame” do genérico do “Jornal Regional”	77
Imagem 5	–	“Frame” do genérico do “Jornal Regional”	77
Imagem 6	–	Separador do “Jornal Regional” – “Notícias Nacionais”	77
Imagem 7	–	Separador do “Jornal Regional” – Notícias Regionais”	77
Imagem 8	–	Separador do “Jornal Regional” – Página de Desporto	77
Gráfico 1	–	Distribuição Geográfica "Jornal Regional" RTV	82
Gráfico 2	–	Temas "Jornal Regional" RTV	83
Gráfico 3	–	Critérios de Noticiabilidade "Jornal Regional" RTV	86

Introdução

*“Não é o público que se parece com a televisão,
mas sim a televisão que se parece ao seu público.”*

Eric Macé

Apesar da explosão e expansão da Internet, é consensual a ideia de que a televisão continua a ser o meio de comunicação mais influente e poderoso. A caixa mágica que mudou o mundo é um importante elemento da dieta mediática dos portugueses: segundo os dados do Obercom¹, o número médio de tempo dispensado pelos telespectadores portugueses (mais de 250 minutos semanais), coloca-nos entre os principais consumidores deste meio na União Europeia.

Com o surgimento da televisão por cabo, algo que em Portugal aconteceu apenas em 1994, e por isso com bastante atraso face a outros países (como tantas outras inovações, como veremos mais à frente), começou a abrir-se caminho para canais temáticos destinados a nichos de mercado. Com estes ficaram também legitimados projectos de jornalismo de proximidade que na década de 80 do século XX tinham tentado, à semelhança das rádios pirata, irromper na paisagem mediática portuguesa. Pese embora a volatilidade destes projectos (Sousa, 2002, p.2), que por vezes terminam sem que sequer haja oportunidade para se tornarem objecto de estudo, o seu aparecimento parece ir ao encontro da emergência do local num mundo globalizado. “A nova sociedade da informação não é uma sociedade transnacional mas antes, mais exactamente, uma sociedade ao mesmo tempo local e global” (Moragas Spà, 1996, p.49).

Formatos de entretenimento como os *reality shows* mostraram não só uma tendência para a homogeneização da televisão em *prime time* no mundo ocidental, mas também a importância da adaptação desses mesmos formatos por forma a que as audiências não tenham a percepção de estarem a consumir um formato estrangeiro (Jost, 2003, p.143). “*Worldwilde network, local flavour*” foi o slogan da produtora Endemol para o Big Brother.

¹ *Anuário Comunicação*. Lisboa, Obercom

Também ao nível da informação, é notória a importância dada ao jornalismo de proximidade cuja investigação recai normalmente sobre a imprensa. Já no que toca à televisão, Pedro Coelho (2005, p.170) apresenta-nos uma definição possível: “a televisão posta ao serviço da comunidade, a televisão cúmplice do processo de desenvolvimento dessa comunidade, que produz e emite conteúdos de proximidade.”

Os estudos publicados sobre jornalismo televisivo em Portugal recaem sobretudo nos noticiários televisivos das generalistas. É o que acontece em alguns dos trabalhos mais citados nesta área, como o “*Telejornal e o Serviço Público*” (1999) e “*A TV do Real. A Televisão e o Espaço Público*” (2008), ambos de Felisbela Lopes. São também os telejornais da RTP1, SIC e TVI a merecerem a atenção da análise de Nuno Goulart Brandão em “*O Espectáculo das Notícias*” (2002), assim como em “*Prime Time: Do que Falam as Notícias nos Telejornais*” (2005) e finalmente em “*As Notícias nos Telejornais* (2010)”.

Aliás, dentro das televisões a importância dada à informação é notória. Falando de canais temáticos, as três principais estações portuguesas têm o seu próprio canal inteiramente dedicado às notícias (SIC Notícias, RTPN e TVI24). Mesmo dentro da programação das generalistas, o peso dado à informação é relevante, com esta a assumir-se como “o eixo principal das suas programações diárias” (Brandão, 2010, p.15).

Como já foi referido, as televisões portuguesas especializadas em informação não têm tido tanta atenção por parte dos investigadores. E ainda menor tem sido o interesse pelo fenómeno das televisões de proximidade, sejam elas regionais ou locais.

Esta dissertação de mestrado tem por objecto de estudo precisamente o telejornalismo regional, utilizando como estudo de caso os telejornais da Regiões TV (RTV). Pretendemos aferir até que ponto se aproxima a RTV do conceito de televisão de proximidade, e onde se enquadra o jornalismo que se produz neste canal regional. Que informação é veiculada pela RTV? Quais os critérios de noticiabilidade utilizados nas suas notícias? Quais os temas mais abordados? Os locais mais referidos? As fontes mais citadas? São algumas das perguntas a que tentámos obter resposta.

A RTV é uma das duas televisões regionais a emitirem neste momento em Portugal, através do cabo. A outra é o Porto Canal e está, tal como a RTV, sediada no Grande Porto. O

segundo centro urbano do país, onde muitos dos seus agentes políticos e económicos assumem um discurso acentuado na necessidade da regionalização. Como veremos mais à frente neste trabalho, esse discurso político está claramente relacionado com a emergência das televisões regionais. Nunca se falou tanto de televisões regionais em Portugal como na altura do referendo à Regionalização (Cádima, 1998, p.223). Por essa altura chegou mesmo a realizar-se uma emissão especial de televisão sobre televisão regional em Mangualde, onde participou o então secretário de Estado da Comunicação Social, Alberto Arons de Carvalho. Essa emissão foi mesmo considerada a primeira transmissão legal de uma televisão regional, tendo como principal promotor António Colaço (Coelho, 2005, p.196). Anos antes, em 1995, Arons de Carvalho, então na oposição, dizia que “vêm aí novos canais de televisão por via hertziana ou por cabo, acessíveis a toda a gente, codificados, regionais ou locais, generalistas ou temáticos”². Três anos depois, com Arons de Carvalho como Secretário de Estado, e perante estas palavras, Francisco Rui Cádima (1998, p.233), concluía: “que o governante possa realizar o sonho do opositor de então – e, com ele, todos os particularismos, as comunidades locais e as regiões.”

O caminho que as televisões regionais têm travado no nosso país já vai longo, desde os anos 80 do século passado, mas cheio de sobressaltos. Como refere Pedro Coelho (2005, p.192):

Nos últimos 20 anos, assistimos, por isso mesmo, ao aparecimento e desaparecimento de experiências frágeis, concretizadas por curiosos e voluntários de que os poderes locais se tornaram, nalguns casos, cúmplices, num primeiro momento, mas de que se divorciaram quando estes projectos apresentaram sinais de desagregação.

Para abordarmos este tema das televisões regionais dividimos esta dissertação em quatro capítulos: No primeiro momento pretende-se abordar a informação regional e local e avaliar a sua importância, com especial atenção para a especificidade da informação nas televisões regionais. No segundo capítulo “os telejornais: história, técnica, linguagem” aborda-se o surgimento e evolução da televisão, com especial relevo para o lugar que o jornalismo foi ocupando ao longo da sua história. As evoluções tecnológicas e as mudanças estratégicas, os modelos utilizados e o caso português em concreto fazem parte deste ponto. A notícia ocupa o terceiro capítulo desta dissertação, com particular atenção para os critérios de selecção das notícias em geral, e no telejornalismo em particular. Aqui procura-se a definição de notícia,

² *Público*, 19 de Maio de 1995

estuda-se o papel do Gatekeeper nos critérios de noticiabilidade e são explanadas as teorias de Galtung e Ruge, Nelson Traquina, Mauro Wolf e Jay Epstein.

Por último, temos o estudo de caso, onde se colocou em prática a teoria estudada e a bibliografia consultada anteriormente na análise dos noticiários da RTV. A experiência profissional do autor desta dissertação foi também fundamental, dado que exerceu as funções de jornalista, pivot e coordenador de informação nesse canal. Tentou-se, naturalmente, obter o necessário distanciamento face ao objecto de estudo – Aliás, à data de emissão dos telejornais analisados o autor desta tese já não exercia funções na RTV. É neste ponto que se apresentam então os resultados da análise ao “Jornal Regional”, assim como a composição da redacção da RTV, os seus fluxos de informação e uma contextualização que parte da definição deste canal regional.

Capítulo I – Informação e Televisões locais: sua importância

1.1 – Jornalismo Regional / local

É difícil apresentar uma definição de jornalismo regional. Feliciano Barreiras Duarte (2005, p.45) alerta mesmo para o facto de a definição de “imprensa de proximidade” ser tão vasta – nos termos da Lei de Imprensa, Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro – que nela pode “caber quase tudo”. Jorge Pedro Sousa (2002, p.2) vai mais longe e apresenta razões para a “difícil descrição” do subsector da comunicação social que representam os *media* regionais e locais. Uma das razões apresentadas é a “Volatilidade paisagística”, que se traduz na facilidade com que “Jornais nascem e morrem sem que deles se dê conta”, para além de rádios e televisões que nascem sem audiência e rapidamente vão à falência.

Mas o local e o regional têm assumido, nas últimas décadas, uma importância crescente. Sobretudo porque os estados “perderam influência num mundo globalizado” (Coelho, 2005, p.153). Mas apesar das regiões se assumirem como muito mais do que um espaço físico, a principal especificidade do jornalismo local e regional parece passar precisamente pela geografia, pelo território. Juan Macia Mercadé (*cit. in* Camponez 2002, p.110) afirma que a imprensa regional tem por:

Área privilegiada de difusão a região ou a cidade na qual se situa” com vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais directas, de carácter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos órgãos que se encontram, administrativa e politicamente, a um nível hierárquico superior.

Também Gabriel Ringlet (*cit. in* Camponez, 2002, p.108) considera que, ao contrário de outros tipos de informação, a imprensa local se define menos pelo seu conteúdo do que pelo seu espaço geográfico. Estes argumentos levam o autor Carlos Camponez (2002, p.273) a considerar que “a imprensa regional escolhe o território como lugar de realização do seu empenhamento: editorial, cultural, discursivo, económico”, chegando assim à expressão “jornalismo de proximidade, fundamentalmente comprometido com a sua região e com as suas gentes.” Embora o autor parta da imprensa para chegar a esta definição de jornalismo de proximidade, o conceito abrange naturalmente também o jornalismo que se faz nas televisões

regionais. Também aí é o alcance geográfico a ser determinante na sua definição, mais do que propriamente a diferenciação de conteúdos. Aliás, o que normalmente se verifica é uma replicação de conceitos de programação adaptados ao alcance geográfico dessas televisões.

Os meios de comunicação social de proximidade, a imprensa, as rádios, as televisões, podem ser encarados como espaços alternativos de comunicação, “onde, em tese, se poderiam refugiar todos os que acreditam no pensamento e na razão” e que, por isso, “elegem a discussão e o debate como instrumentos essenciais para se chegar ao consenso” (Coelho, 2005, p.154). João Carlos Correia (1998, p.156) afirma mesmo que os meios de comunicação social de proximidade podem transformar-se no “elemento estruturador desse espaço público regional”. Mas para que isso seja conseguido, alerta Pedro Coelho (2005, p.154,155), é necessário que haja uma “opinião pública crítica” e “participativa”, e meios de comunicação social de proximidade que não se limitem a “denunciar os problemas que afectam a comunidade”, mas que se envolvam também “no esforço colectivo de promoverem o debate e a discussão racionais com vista à procura de soluções para esses problemas.” Pedro Coelho conclui dizendo que só aí se poderá dizer que a comunicação social de proximidade cumpre a função social dos *media*, algo “que há muito parece ausente dos meios de comunicação social nacionais” (Coelho, 2005, p.155). Neste trabalho pretendemos também perceber até que ponto essa função social será, ou não, cumprida pelo canal de televisão que aqui analisamos através do seu espaço diário de informação.

O jornalismo de proximidade dirige-se então a um público específico, constituído pelas populações mais próximas, de uma região ou até mesmo apenas de um concelho, ou de uma localidade. Algo que “sugere de imediato um leque de pequenos jornais não diários, mais vocacionados para a história quotidiana das comunidades locais do que para o país ou o mundo” (Santos, 2007, pp.26-27). De facto, é este o cenário no que diz respeito ao jornalismo regional e local. A Entidade Reguladora da Comunicação Social (2011) ³ contabilizava, em 2009, “728 publicações de âmbito local e regional” em Portugal. Já quanto a televisões com estas características existem apenas duas (Porto Canal e RTV). Apesar dos dados relativos à imprensa se referirem a 2009 e da própria ERC alertar para o facto de novos títulos continuarem a surgir e outros a desaparecer, são estes os dados mais recentes publicados por este organismo.

³ *A Imprensa Local e Regional em Portugal – ERC*

Muitas vezes o papel destes órgãos de comunicação regional e local, no que toca a acontecimentos de maior magnitude passa por traduzir para a escala local as implicações dessa notícia, desse acontecimento. Ao contrário de um órgão de comunicação de carácter nacional e/ou internacional, um jornal, uma rádio ou uma televisão regional pretendem informar um público identificado geograficamente e/ou culturalmente com um determinado território. Esta especificidade do jornalismo local é plasmada na comparação entre as primeiras páginas dos jornais locais e dos jornais de distribuição nacional, feita por Paulo Ferreira (2005, p.145). Assim, o autor observou que as primeiras páginas dos principais jornais portugueses são dominadas por temas de relevância nacional. Temas esses que quase desaparecem das primeiras páginas dos jornais regionais e locais, já que esses privilegiam os temas de importância regional e local. Mais à frente, na análise do estudo de caso deste trabalho, veremos quais as notícias de abertura do Jornal Regional da RTV, e poderemos fazer um paralelismo, ou não, entre as manchetes da imprensa regional e as aberturas noticiosas da televisão regional.

As definições de comunicação social regional levam-nos a jogar com vários conceitos apontados por Jorge Pedro Sousa (2002, p.4). *Comunidade* é o primeiro desses conceitos, isto porque:

A comunicação social regional e local estabelece-se numa comunidade, rural ou urbana, porque se desenvolve entre pessoas em interacção próxima, aglutinadas em grupos familiares, que partilham valores, modos de vida, interesses e língua comuns, ou seja, partilham uma cultura comum, e têm raízes na mesma terra. A comunidade de que aqui se fala é telúrica. O seu referente é a terra, o território, mesmo quando as pessoas dele se afastam fisicamente, como acontece quando surgem fenómenos de migração e emigração.

Não é de estranhar, portanto, que muitos jornais locais sejam procurados pelas comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Em muitos casos com mais interesse pelos acontecimentos aí noticiados do que as próprias populações de origem. Esse é também um papel vital a ser desempenhado por esses órgãos de comunicação, ao permitir uma permanência desse elo cultural entre gente da mesma terra. O mesmo se passa relativamente às televisões regionais, sobretudo quando alguns programas e reportagens são disponibilizados através da Internet, facilitando assim o seu acesso a quem não reside no país.

O segundo conceito referido pelo autor é a *vizinhança*, com a proximidade a ser a noção chave. “Esta proximidade é, normalmente, física e mental. A segunda assume mais importância do que a primeira quando ocorrem fenómenos de migração e emigração, mas normalmente caminham a par” (Sousa, 2002, p.5).

Por último mais do que um conceito surge uma ideia – “a de que a comunicação social local e regional se desenvolve através de meios de comunicação que são próximos das pessoas que os usam” (Sousa, 2002, p.5). O autor destaca aqui a importância de distinguir dois aspectos – “O primeiro é a de que quando se fala de comunicação social se fala necessariamente de estratégias de comunicação mediada em sociedade. O recurso a meios de comunicação capazes de atingir muitas pessoas é um elemento chave da definição que propomos” (Sousa, 2002, p.5). O segundo fala em formas de comunicação comuns, entre os meios de comunicação usados numa determinada comunidade e a própria comunidade em particular.

Importa ainda lembrar que os jornais *nacionais* também concorrem com os *regionais*, ao terem edições distintas para o Norte e para o Sul, ou edição Porto e edição Lisboa. Em muitos casos a diferença é “apenas” a primeira página, com o conteúdo a manter-se exactamente igual. Uma prática iniciada pelo jornal “Público”, que entretanto foi já seguida por outros, como o “Jornal de Notícias” ou o “Diário de Notícias”. No caso da imprensa desportiva, igual recurso é utilizado pela “Bola” e pelo “Jogo”. Nas televisões a guerra de audiências é de tal forma desigual entre canais nacionais e regionais, que a alternativa que resta às televisões regionais é tentar contornar os horários de maior audiência. Isto é, colocar os seus programas âncora em horários diferentes dos programas mais vistos nas televisões nacionais, para assim tentarem captar algum do seu público. Como veremos mais à frente, no estudo de caso, essa é uma das razões pela qual o “Jornal Regional” da RTV é transmitido nos seguintes horários: 17:30h; 19:30h e 21:30h.

O “Jornal de Notícias” e o “Diário de Notícias” são dois exemplos citados por Carlos Camponez (2002, p.108), como sendo jornais de circulação nacional, mas com a sua implantação a ser muito regional, particularmente no caso do JN. O mesmo autor acaba por concluir, na distinção entre o jornalismo de proximidade e o jornalismo de ambição nacional, que é a organização empresarial, com maior ou menor grau de complexidade, e a tipologia da informação, mais ou menos generalista, que marcam as diferenças, pelo menos no caso português. Ou seja, quanto mais complexa for a

organização jornalística e mais generalistas forem as notícias, podendo assim interessar a um público mais vasto, maior será a ambição nacional desse órgão de informação.

Um aspecto transversal a muitos dos trabalhos realizados sobre jornalismo regional é o facto deste ser um tema ainda pouco estudado no nosso país. As razões apontadas para esse pouco interesse parecem prender-se com características típicas do “jornalismo pré-industrial” (Correia, 1998), fortemente presentes na maioria dos órgãos de comunicação social regional. Até porque, segundo Carlos Camponez (*cit. in Santos, 2007*):

“A industrialização da imprensa em Portugal passou ao lado da imprensa regional. [...] E ainda hoje há jornais locais e regionais que vivem com dificuldades, acomodados a uma forma de fazer jornalismo algo retrógrada e ultrapassada, esperançados em ver concretizadas as promessas sucessivas de apoio do poder local e central.”

Igual esperança é partilhada também pelas televisões regionais. Por exemplo, um dos principais anunciantes do Porto Canal era a Câmara Municipal de Matosinhos através de um protocolo assinado em 2006 que continuava em vigor até há bem pouco tempo. O valor anual a pagar pela Autarquia ao Porto Canal, fixado nesse protocolo, é de 192 mil euros⁴. Uma das justificações da Autarquia para este apoio passa pelo facto do canal ter os seus estúdios e redacção na Senhora da Hora – uma das freguesias do concelho de Matosinhos. Igual pretensão tinha a RTV, mas continua sem ter qualquer apoio protocolar de Câmaras Municipais.

Quanto às características desse “jornalismo pré-industrial”, essas passam por “uma conexão escassa com a publicidade” (Correia, 1998, p.158), o que contribui para uma enorme dependência de financiamento por parte dos órgãos de poder, nomeadamente Autarquias locais. Essa dependência económica traduz-se, muitas vezes, na perda de isenção jornalística. “O grau de autonomia de um órgão de difusão mede-se, sem dúvida, pela parte das suas receitas que provêm da publicidade e do auxílio do Estado (sob a forma de publicidade ou de subsídios) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (Bourdieu, 2005, p.81). Embora a pequena dimensão de alguns órgãos de comunicação social os torne particularmente frágeis, Pierre Bourdieu (2005) alerta também para os perigos da concentração da imprensa, entre outros, no que toca à autonomia dos jornalistas, ao considerar que esta “depende em

⁴ *Acta da reunião ordinária da CM, realizada a 18-12-2006*

primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego).”

Ainda no ano passado, a propósito do financiamento autárquico às rádios locais, Jorge Lacão – Ministro dos Assuntos Parlamentares, que tutela a pasta da Comunicação Social – revelou que existem duas opções, ambas consideradas razoáveis pelo Ministro: “proibir estritamente qualquer forma de financiamento de uma autarquia a uma rádio local ou exigir que subsídios ou apoios financeiros só possam ser dados quando aprovados por uma maioria de dois terços em reunião de assembleia municipal”. (Lusa, 2010) A lei da Rádio e da Televisão está em discussão na Assembleia da República, pelo que a qualquer momento poderão surgir novidades legislativas no sector. Até que ponto poderão essas novidades colidir com o tipo de protocolos de que falámos, nomeadamente o estabelecido entre o Porto Canal e a Câmara Municipal de Matosinhos, é algo que ainda não se pode aferir neste momento.

A segunda característica típica do jornalismo pré-industrial referida por João Carlos Correia (1998, p.158) é a “relação forte entre as elites locais e os *media*”. Perfeitamente plasmada também no ponto anterior, com os autarcas dos diversos municípios a serem claramente a presença mais assídua nas primeiras páginas dos jornais locais, ou nas peças dos telejornais de televisões regionais. Autarcas e empresários mais poderosos de uma determinada região acabam por ter uma proximidade eventualmente exagerada com esses *media*, servindo-se desse espaço que lhes é conferido. Será talvez caso para perguntar: “os *media* são um «quarto poder»? um «contra poder»? um «quarto do poder»?” (Traquina, 2002 p.18) Demasiadas vezes a posição dos jornalistas desses órgãos de comunicação é frágil, pelo que acabam, em muitos casos, por revelar uma posição de subserviência perante esses interlocutores. Pese embora o facto de “em certos momentos, sob determinadas condições, o jornalismo e os *media*, associados a outras instituições das sociedades democráticas, desempenharam papéis que os aproximaram das funções de contra-poder” (Mesquita, 2003 p.78), a fragilidade do jornalismo regional, visível em qualquer um dos meios (imprensa, televisão, rádio), não lhe permitirá talvez assumir essa posição a nível local. Esta proximidade exagerada não existe só nos órgãos regionais, embora aí seja ainda mais evidente. O jornalista Serge Halimi, no seu livro “Os novos cães de guarda” (1998, p.9) cita o diário britânico *The Guardian*, onde se lia, na sua edição de 10 de Maio de 1993: “Em França, os jornalistas estão frequentemente demasiado perto das pessoas sobre quem escrevem.” O jornalista do *Le Monde Diplomatique*,

lembra ainda as palavras do fundador do jornal, Hubert Beuve-Méry: “O jornalismo é contacto e distância.” Mas, conclui Serge Halimi, “já só resta praticamente o contacto.”

A ênfase dada ao artigo de opinião e à colaboração externa é o traço seguinte deixado por João Carlos Correia (1998, p.158) na definição de jornalismo pré-industrial. Em alguns jornais locais é de tal forma óbvia essa opção, que por vezes se torna difícil encontrar uma verdadeira notícia, claramente separada da opinião em algumas dessas publicações. Nas televisões regionais, o espaço concedido a programas de opinião é também claramente superior aos espaços informativos. Veja-se o caso da RTV, onde a análise jornalística está também praticamente arredada, já que a grande maioria dos comentadores convidados têm interesses pessoais, empresariais, económicos ou políticos a defender (nem sempre assumidos), e só muito raramente são veiculadas análises isentas. Não tendo jornalistas especializados, torna-se particularmente difícil fazer o contraditório. O facto de, não raras vezes, praticamente não existirem jornalistas em algumas destas redacções de que falamos ajuda a explicar o fenómeno. Esta visão dos jornalismo local e regional veiculada por alguns contribui para o pouco prestígio da imprensa regional, que se vê assim “remetida para formas desqualificadas de comunicação, navegando nas águas turvas de um jornalismo pré-industrializado ausente de noções éticas, pouco profissionalizado, temeroso e cacique (Camponez, 2003, p.74). Será porventura interessante verificar, neste contexto, quantas das notícias analisadas no estudo de caso deste trabalho (telejornais da RTV) terão em si uma verdadeira componente de denúncia fundamentada, ou por outro lado, se não funcionarão apenas como uma caixa de ressonância de opiniões já veiculadas por outros órgãos de informação.

No total são sete os traços típicos do jornalismo pré-industrial, enumerados por João Carlos Correia (1998, p.158). Depois dos três já aqui citados, e a confirmar os paralelismos que aqui apresentamos entre imprensa regional e televisões regionais (com o caso concreto da RTV), temos ainda a “contiguidade acentuada entre os artigos e colaborações externas”; “a tendência para estruturar o discurso em torno de alguns assuntos recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas”; “presença de marcas discursivas que pressupõem um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos públicos”; e, por último, “o conhecimento recíproco e partilhado por produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes às mensagens jornalísticas”.

Um dos grandes problemas dos órgãos de comunicação locais é a falta de recursos financeiros e humanos qualificados. A utilização de estagiários não remunerados tornou-se prática comum em muitos casos, algo que motivou uma resposta por parte do Sindicato do Jornalistas, “O SJ considera que a portaria em vigor (n.º 318/99, de 12 de Maio) não previne a utilização abusiva dos estágios ditos curriculares e de “estágios” sucessivos realizados por recém-licenciados sem qualquer vínculo nem remuneração.”⁵ Como veremos mais detalhadamente no quarto capítulo deste trabalho, esta é uma situação claramente comprovada com o que se passa na RTV, já que a totalidade dos “jornalistas” que fazem as peças do Jornal Regional são estagiários (curriculares ou não) não remunerados. Nenhum destes estagiários possui portanto carteira de jornalista, embora assinem as peças como tal, numa clara infracção ao Estatuto do Jornalista⁶. Situação que, aliás se estende aos restantes profissionais que intervêm no “Jornal Regional”. Neste momento, em toda a RTV, apenas a Directora de Informação tem carteira de jornalista.

Com tamanhas dificuldades, as críticas são muitas. Pedro Coelho (2005, p.161) acusa mesmo os órgãos regionais e locais portugueses de estarem transformados em instrumento de reforço do caciquismo; da constante dependência das mesmas fontes, demasiado próximas, e muitas vezes com interesses óbvios, causando repetição de assuntos e descuidando o contraditório.

Essa ligação, demasiado óbvia e constante, aos poderes locais é também apontada por João Carlos Correia (1998, p.158) como já vimos. Pedro Coelho (2005, p.161) alerta também para o amadorismo e a dependência do voluntarismo. E, mais grave, denuncia o facto de muitos destes órgãos de comunicação regionais serem propriedade de pessoas com influência directa nos seus conteúdos, devido aos seus interesses políticos e/ou empresariais. Algo comprovado pelo autor desta tese ao longo do desempenho das suas funções na RTV. A inclusão constante de convidados ligados a um movimento pró-regionalização do qual o director do canal era um dos promotores é um exemplo disso mesmo. Tal como a inclusão, durante alguns meses, de um programa sobre os mercados bolsistas, onde o director do canal era o único entrevistado. Um programa claramente desfasado do público-alvo do canal. Pedro Coelho (2005) destaca ainda os poucos profissionais que normalmente estes órgãos de comunicação têm ao seu serviço, muitas vezes mal preparados, académica e deontologicamente, lembrando ainda que estes por vezes acumulam com outras profissões,

⁵ <http://www.jornalistas.online.pt/>

⁶ <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm>

onde se incluem algumas incompatíveis com o exercício da profissão de jornalista – como é o caso dos assessores políticos – a este nível, normalmente, assessores autárquicos. Quando não acumulam, é frequente saltarem sucessivamente de um lugar para o outro, ou seja, da assessoria para o jornal “amigo” do executivo camarário, e vice-versa. Por todas estas razões, Pedro Coelho (2005, p.161) escreve que “enquanto o jornalismo regional em Portugal continuar refém de um conjunto de marcas negativas que o tornam anacrónico, pesado e ineficaz, dificilmente poderá afirmar-se como pilar do espaço público.”

Francisco Rui Cádima (1998, p.227) considerava os meios de comunicação locais e regionais portugueses “muito embrionários” e demasiado dependentes de instituições como a Igreja Católica. Mas o mesmo autor deixa uma crítica a todos os *media* nacionais:

Os meios de cobertura nacional, imprensa, rádio e televisão, não cumprem minimamente a sua função de representantes das pulsões regionais, comunitárias e locais, no plano social e político. E sobretudo extravasam as suas competências no plano da opinião, esquecendo o essencial – a informação.

Finalmente, e num contexto que aponta claramente para a necessidade da especialização dos jornalistas, quando a complexidade dos temas obriga a um cada vez maior aprofundamento temático por parte dos profissionais, não é isso que acontece nos meios locais. Fernando Correia (2006, pp. 66-68) relembra que, por serem poucos, estes vêm-se obrigados a fazer de tudo, e com pouco tempo para cada uma das tarefas (agenda, recolha de informação, pesquisa, edição...)

Apesar de tudo isto, e do cepticismo com que tem sido encarado o jornalismo regional, a sua importância está claramente reconhecida a nível legislativo. Com efeito, o Estatuto da Imprensa Regional, aprovado em 1988, em plena entrada num período marcante do jornalismo em Portugal (1988-1992) reconhece a sua relevância com toda a clareza:

A imprensa regional desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do Mundo. Muitas vezes, ela é, com efeito, o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível; e constitui, por outro lado, um autêntico

veículo de difusão, junto daqueles que se encontram fora do País, daquilo que se passa com os que não os quiseram ou não puderam acompanhar.

Mas a própria definição de imprensa regional tem evoluído com o tempo, com a Lei de Imprensa a consubstanciar essas alterações. A Lei da Imprensa de 1971, num período em que ainda existia a censura do Estado Novo, definia como imprensa regional as publicações periódicas não diárias que tivessem como principal objectivo “divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrições vizinhas”. Já em democracia, a Lei de Imprensa de 1975 refere-se à imprensa regional de uma forma muito mais vaga, e apenas por exclusão de partes, ao considerar que “as publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território”. Em 1988, tal como já citámos, o Estatuto da Imprensa Regional, que ainda vigora define-a como:

Todas as publicações periódicas, de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, que dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive autárquico.

Finalmente, segundo a alteração feita em 1999, a Lei de Imprensa passa a considerar as publicações de âmbito regional como as que “pelo seu conteúdo e distribuição se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais” (Sousa, 2002, p.7).

1.2 – Televisões Regionais / Locais

A história das televisões regionais em Portugal tem pouco mais de 20 anos. Mas há exemplos de países onde as televisões locais têm um trajecto bem mais longo do que o caso português. Por exemplo, no Brasil, as televisões começaram por ser vincadamente regionais e só depois nacionais, com Francisco Rui Cádima (1998, p.226) a falar na “existência de televisão indígena” no país. Só com a massificação da televisão no Brasil, no final da década de 1960, é que as emissoras perceberam a necessidade de reduzir ao mínimo as diferenças, padronizando a linguagem e as diferenças étnicas e culturais de um país tão heterogéneo. Pedro Coelho (2005, p.173) refere que as primeiras experiências de televisão regional “ocorreram em regiões com uma identidade distintiva fortemente marcada e onde a língua era

elemento diferenciador.” Se no caso referido do Brasil a grande diferença passa sobretudo pelos sotaques e alguns dialectos, esta é uma realidade particularmente óbvia em Espanha, onde se destacam o galego, o basco e o catalão a coabitar com o castelhano. Algo visível também na Bélgica, com a divisão do país entre flamengos e francófonos.

Excepção feita para o Reino Unido onde a realidade é diferente, dado o pioneirismo deste país no que toca à televisão. As televisões locais funcionam em perfeita articulação com a BBC, tendo o seu espaço próprio para a informação local, em noticiários que nunca ultrapassam os 30 minutos e raramente vão além dos 15 minutos. A quase totalidade da restante programação é assegurada pela televisão nacional. Uma tradição que já vem de há mais de 40 anos, com aquilo que Francisco Rui Cádima (1998, p.229) chama de “descentralização centralizada”, com esta abertura de janelas horárias. Já nos anos 70-80, lembra o mesmo autor, chegam então perfeitamente autónomas as televisões locais, integradas na pulverização dos sistemas mediáticos que se verificou.

A falta de legislação ou de licenças nunca foi obstáculo para o aparecimento de televisões regionais em vários países europeus. Em Espanha, A Associação para a Investigação de Meios de Comunicação, contabilizava em 2002⁷, 897 emissoras locais. Francisco Rui Cádima (1998, p.229) falava em mais de mil estações em Itália, em 1982, com 462 autorizadas a partir de 1994; Na Grécia, refere, continuavam a emitir cerca de 100 estações ilegais. Para o autor, estas situações não estavam devidamente regulamentadas:

São exemplos que ilustram, mais do que o laxismo do legislador, ou a falta de vontade política nesta matéria, uma forte determinação de pessoas provadas em aceder à difusão de emissões de televisão. Contra a lei, e, muito provavelmente, contra o dito espartilho do espectro radioelétrico.

As dificuldades de financiamento são uma realidade para todas estas televisões, mas Dora Mota (2005, p.116) dá o exemplo do País de Gales, onde as taxas sobre as receitas publicitárias dos outros operadores servem para financiar os canais regionais. Há um caso que

⁷ AIMC – *Censo de Televisões Locais*

é mesmo apresentado como paradigmático. Na Bélgica, a TVCL juntou 11 operadores locais, financiados a 80 por cento pelas colectividades locais e a apenas 20 por cento pela publicidade (Cádima, 1998, p.230). Este canal emitia das 19 horas à meia-noite, com cada operador local a contribuir com os seus trabalhos para cerca de uma hora de emissão. A Bélgica integra, de resto, juntamente com a Holanda, a Dinamarca e a Alemanha, um grupo de países onde as televisões locais mais sucesso têm tido. Nestes países existia a obrigatoriedade, por parte dos operadores de cabo, de se reservar um canal para a televisão local. Algo que, segundo Francisco Rui Cádima (1998), é a razão deste sucesso, juntamente com “a própria dinâmica socioeconómica que esses projectos podem gerar junto das populações, associações, etc., e junto dos agentes económicos.”

Pierre Musso (1991, p.13) apresentou um modelo que divide as televisões nas regiões europeias em sete tipos: **Televisão de produção delegada na região** (ERT - Salónica; RTP – Porto); **Televisão descentralizada** (RAI; RTP – Açores/Madeira); **Televisão de desconexão regional – sistema de janelas horárias** (BBC – Escócia; FR3 - Alsácia; TVE – Catalunha); **Televisão de organização federada** (sistemas das Länder; Channel 3 – antiga ITV); **Televisões de gestão autónoma** (autónomas espanholas; S4C – País de Gales; Omrop Fryslân – Holanda); **Televisões regionais de cobertura supra-regional, nacional e internacional** (RTBF e BRTN – Bélgica; TV3 – Catalunha; WDR; NDR e BR – Alemanha); **Televisões locais de influência regional** (Télé Lyon Métropole; Tele Lombardia; IA Brandenburg – Berlim)

Na Europa há, de facto, múltiplos casos de sucesso nas televisões regionais, com Moragas Spà (1996, p.44) a dar os exemplos “dos blocos informativos da N3, da FR3 Aquitane e da RTL/Luxemburgo com shares médios de 22, 40 e 35 por cento”, respectivamente.

Apesar destes indicadores há visões menos optimistas. Pedro Coelho (2005, p.182) considera as televisões regionais espanholas um “mero objecto de luxo.” “Extremamente deficitárias, dependentes da lógica do mercado e da maximização das audiências e (...) sem qualquer preocupação social que justifique o esforço financeiro dos cidadãos.” E há ainda o espírito das rádios piratas, consideradas absolutamente livres (Cádima, 1998, p.223), que deixou saudades aos seus defensores. O filósofo francês Félix Guattari (1980, p.372) considerava essas rádios livres o caminho para “um novo tipo de democracia directa” onde “a palavra directa, a palavra viva, plena de segurança mas também de hesitação, de contradição, até mesmo sem sentido, é

portadora de cargas consideráveis de desejo”. Mas Francisco Rui Cádima (1998, p.224,225) lembra “que a via aberta pelas rádios livres, bem como a via que as televisões livre, locais ou regionais deveriam abrir, fechou-se”. E prossegue dizendo que:

Pelo contrário, são os impérios do audiovisual que continuam a alargar o seu espectro comunicacional. Acresce por isso a responsabilidade dos mediadores da comunicação social, dos jornalistas, das associações culturais, das comunidades, do cidadão, em geral. [...] A função social, política e histórica do mediador é assim decisiva na construção da sociedade participada e solidária que desejamos. Pode dizer-se que é uma função violenta na medida em que a escrita – a língua do desejo – é ela própria violenta.

Uma das soluções propostas para a revitalização da esfera pública através dos *media* chegou de Denis McQuail (1983) que propôs a expressão “participante democrática” para designar ideias formuladas pelos *media* alternativos que, de alguma forma, mostravam interesse pela necessidade dos cidadãos. Esta teoria teve o seu apogeu nos anos 60 e 70 e foi contemporânea da pressão que houve nessa altura, nos Estados Unidos, para o estabelecimento das televisões regionais e comunitárias. O desafio dos *media* centralizados, comerciais e mesmo os controlados pelo Estado e o favorecimento “dos *media* pequenos em escala, não comerciais e com frequência envolvidos numa causa” ajudam a compreender esta teoria (McQuail 2003, p.162). Outra das suas características definidoras é o facto de os conceitos-chave serem a interacção e a participação, o que será porventura interessante numa altura, como a actualidade, em que “a grande expectativa para revigorar a vida política decorre da promessa dos novos *media* interactivos” (McQuail, 2003).

1.2.1 – Televisões Regionais em Portugal

Em Portugal, as televisões locais têm grandes dificuldades em impor-se, como já vimos, quando Jorge Pedro Sousa (2002) se refere à “volatilidade paisagística” dos *media* regionais e locais. Aliás, o nosso país parece ser mesmo um caso à parte neste processo no contexto europeu (Cádima, 1998 p.227).

A história da televisão regional portuguesa começou verdadeiramente nos anos 80 do século XX. O “movimento comunitário, herdeiro do Maio de 68, que propunha a criação de modelos de comunicação alternativos aos das grandes cadeias convencionais” (Aguilar, 2000, p.27) também chegou ao nosso país, mas com uma década de atraso. Umberto Eco (1981, p.213)

também falava de uma “nova era na liberdade de expressão” nesses finais dos anos 70, em Itália, precisamente a propósito do aparecimento e rápida propagação das rádios livres.

Na década de 1980 nasceram, de facto, vários canais pirata em diversas cidades portuguesas. “Múltiplas são as razões da emergência desses diferentes projectos a partir sensivelmente dos anos 80 – comerciais, institucionais, de descentralização dos mastodontes público-partidários, etc. Dir-se-ia que são sobretudo as razões políticas que predominam.” (Cádima, 1998, p.226) Apesar de ilegais e constantemente perseguidos pela fiscalização (Mota, 2005, p.120) estas televisões manifestavam uma enorme persistência. Loures, Amadora, Sintra, Braga, Guimarães, Porto, Bragança e Coimbra foram algumas das cidades onde estes projectos vingaram durante alguns anos.

Alguns casos deixaram histórias marcantes e simbólicas dos tempos que se viviam na década de 1980. Em Braga, nesses anos, chegou a existir uma televisão pirata que emitia a partir da Rua do Raio, bem no centro da cidade – a então RTM – Rádio Televisão do Minho. Em 1985 surge no Porto o Fórum Portucalense, um movimento de cidadãos que defendia uma televisão para o Norte (Coelho, 2005, p.193). Estes activistas pretendiam, na altura, quebrar o monopólio da RTP, com a Televisão Regional do Norte (TVN). A escritora Agustina Bessa Luís e o advogado Daniel Proença de Carvalho faziam parte desse grupo de dinamizadores. Pedro Coelho (2005, p.193) conta que a primeira emissão da TVN se realizou a partir do terraço do edifício do *Jornal de Notícias*, na rua Gonçalo Cristóvão, no Porto. A frequência utilizada pertencia à RTP, embora fora de emissão, uma vez que a transmissão foi feita numa madrugada de Novembro de 1985 (altura em que a RTP1 ainda não emitia a essas horas). No entanto, os dinamizadores da TVN acabariam mesmo por ser processados pela RTP. Dora Mota (2005, p.121) lembra que “na mesma altura, na Área Metropolitana de Lisboa, a Televisão Regional de Loures e a Televisão Regional da Amadora “roubavam”, em 1987, centenas de espectadores ao canal do Estado.” O mais curioso neste caso é que os estúdios eram de tal forma rudimentares que as suas instalações ficavam num velho moinho na Amadora. Segundo a mesma autora, isto “permitia um amplo negócio às lojas de electrodomésticos que vendiam antenas UHF adaptadas à frequência dos canais pirata”. E em Guimarães, a TVR – Televisão Regional de Guimarães dizia-se “legalizada moralmente pela sociedade de Guimarães, conseguindo mesmo a presença dos políticos locais nos debates que promovia” (Mota, 2005, p.121). Ainda em 1985 surgiu também a SUL TV, a emitir a partir da

Cova da Piedade para uma audiência de cerca de 20 mil espectadores da margem sul do Tejo: Almada, Seixal e Barreiro (Coelho, 2005, p.193).

Anos mais tarde surgiria um “Movimento para a Legalização das Televisões Regionais” do qual fizeram parte o actor Mário Viegas, o militar Vasco Lourenço e o então assessor do grupo parlamentar do PS, António Colaço. O Público noticiou na altura (1995) uma aparição em tom provocador – uma emissão pirata do dia 24 para 25 de Abril a partir de Sintra, captada em alguns locais de Lisboa. Ainda em 1995 surgiu uma experiência curiosa em Matosinhos. Uma micro-estação de televisão destinada a uma cooperativa de habitação, a “Água Viva”. (Coelho, 2005 pp.198-199) O projecto tinha o apoio da Câmara Municipal de Matosinhos, com o objectivo de ocupar o tempo dos moradores mais jovens desse bairro. A televisão tinha o mesmo nome da cooperativa (Água Viva) e “chegou a entrevistar António Guterres, quando este era primeiro-ministro” (Coelho, 2005, p.199).

Nesse mesmo ano de 1995 dá-se precisamente uma viragem política no nosso país, com a chegada do Partido Socialista ao poder, depois de 10 anos de Cavaco Silva como Primeiro-Ministro. Neste novo Governo, liderado por António Guterres “é criada uma Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão, que se suporia ser a entidade que daria parecer sobre as grandes opções estratégicas para a RTP” (Cádima, 2002, p.4). Mas “a questão das televisões regionais terá sido o tema que mais dividiu os elementos da então criada, Comissão de Reflexão para o Futuro da Televisão” (Rebelo, 2010, p.11).

Cristina Rebelo (2010, p.11,12) cita duas teses divergentes dessa comissão, presentes no relatório final, precisamente no capítulo do documento sobre “A televisão Local e Regional”:

A tese nº 1 reconhecia a existência de uma dinâmica favorável por parte de alguns grupos de cidadãos no sentido da criação de televisões locais e regionais. No entanto, este passo não deverá ser considerado objectivo prioritário propondo ao invés, a implementação do serviço público dado não estarem criadas as condições jurídicas, técnicas e económicas (...) Tese nº 2: Aqui defendia-se a ideia de Televisão Regional associada à participação cívica – o fenómeno de TV de proximidade ganha cor como instrumento alternativo de participação popular em prol da defesa da singularidade.

Em 1998 realizava-se o referendo da Regionalização. Alguns adeptos do “sim” viam aí uma possibilidade para a criação de canais de cariz vincadamente regional. Como referia Francisco Rui Cádima (1998, p.223):

A questão dos localismos, da dualidade global vs. local e, em particular, da televisão regional e local, ganhou, neste finais dos anos 90, uma outra actualidade em Portugal, mercê, fundamentalmente, de algumas experiências-piratas e também mercê da discussão política em torno da regionalização.

Mas no referendo, a Regionalização não passou, e essas expectativas ficaram adiadas. Para Dora Mota (2005, p.120), este é o momento que marca uma viragem na história da televisão regional em Portugal. Arons de Carvalho era então o Secretário de Estado com a pasta da comunicação social e, mais recentemente, colocou a responsabilidade do atraso no surgimento de televisões locais precisamente na derrota da Regionalização, ao considerar que a sociedade civil não estava mobilizada nesse sentido (Coelho, 2005 p.190).

Tal como na maioria dos países europeus, o serviço público foi o responsável pelo lançamento dos primeiros canais regionais em Portugal. Mas as semelhanças ficaram-se por aí. No resto da Europa esses canais continuavam a emergir, em regiões com traços identitários vincados, por iniciativas municipais, e através dos privados. Já em Portugal não se passava dessa primeira fase de descentralização (Dora Mota 2005, p.117). Neste contexto, consideram-se a RTP Açores e RTP Madeira como os primeiros canais regionais. Fora da esfera da televisão do estado, o primeiro canal verdadeiramente regional a surgir em Portugal foi o CNL – Canal de Notícias de Lisboa. As suas emissões iniciaram-se a 15 de Setembro de 1999, e viria a ser adquirido pela SIC no ano seguinte. Esta aquisição por parte da estação de Carnaxide originaria o primeiro canal especializado em informação em Portugal, a SIC Notícias, que começaria a emitir no início de 2001, a 8 de Janeiro. Alguns programas do então extinto CNL sobreviveriam, como é o caso do Curto-Circuito que continua a ter o seu espaço num outro canal temático da SIC – a SIC Radical.

Nesse mesmo ano de 2001 surgiria a segunda televisão regional portuguesa, desta vez no Porto, a NTV. As suas emissões tiveram início no dia 15 de Outubro. Viria a ser totalmente adquirida pela RTP em 2004. Totalmente, porque 25% da estação já pertencia à televisão do estado. Era, aliás, a partir do centro de produção da RTP, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, que a NTV emitia. Assim, o canal regional nascido no Porto seria a origem de um canal vocacionado para a informação, tal como aconteceu com o CNL em Lisboa. Desta vez a NTV deu o lugar à RTPN, que começou a emitir no dia 31 de Maio de 2004. Também na NTV começaram alguns programas que ainda perduram. É o caso da “Liga dos Últimos”, que

se manteve na RTPN e chegou mesmo à RTP1. Com a chegada da NTV assistiu-se a uma forma totalmente nova de ver os jornalistas de televisão saírem em reportagem. Já não o faziam em equipa com um repórter de imagem, mas sim sozinhos. “A intenção era criar a primeira redacção polivalente do país, com jornalistas capazes de recolher som e imagem e de editar na quase totalidade as suas peças.” (Mota, 2005, p.125) Esta estratégia acabou por não vingar, no entanto. Com o fim da NTV, 17 jornalistas da redacção acabaram integrados na RTP, onde regressaram à forma clássica de fazer reportagem em televisão, saindo acompanhados do repórter de imagem, e deixando a edição a cargo do editor de vídeo. De qualquer forma, no Porto Canal, que se assume de alguma forma como herdeiro da NTV, os editores de imagem já não fazem peças de informação. É aos jornalistas que cabe essa tarefa. Igual política é seguida em alguns projectos de TV on-line, embora a maioria das Televisões profissionais não dispense os editores de vídeo.

Com os projectos CNL e NTV extintos, as televisões regionais passaram por um período de aparente adormecimento até 2006. Nesse ano surgem dois novos projectos no Porto. A Invicta TV que começa a emitir em Abril, apenas para os clientes da TvTel, um operador entretanto adquirido pela ZON; e o Porto Canal que inicia as suas emissões em Novembro⁸.

A Invicta TV começou logo por ter problemas com a Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) que entendeu que esta estava a emitir sem habilitação legal. Os problemas legais sucederam-se até à extinção do canal que viria a ser comprado pela própria distribuidora, a TvTel, no início de 2007. A Agência Financeira (2007) noticiava na altura que o objectivo passava por “regularizar a sua situação, torná-la numa empresa de direito português e pedir o licenciamento para o novo arranque das emissões”. Esse novo arranque, com novo nome, dá-se em Dezembro desse ano. Começavam as emissões da RNTV (Região Norte TV), antecessora directa da actual RTV (Regiões TV).

Já o Porto Canal assumia a vontade de continuar o espírito da extinta NTV. Os promotores eram, aliás, os mesmos. Escrevia na altura a Agência Financeira (2006):

Detido pela Avenida dos Aliados — Sociedade de Comunicação S.A., controlada em 97% pelas produtoras Farol de Ideias, Filbox, Media Luso e OP, o projecto contou com um investimento inicial de

⁸ Agência Financeira 2006

2,5 milhões de euros, estando previsto um orçamento anual de dois milhões. De recordar que Bruno Carvalho foi administrador da NTV, estação dedicada ao Porto que deu lugar à RTPN.

Até 2007 a Lei da Televisão era demasiado omissa no que respeita às televisões regionais, que tiveram um grande impulso com a aprovação da nova Lei da Televisão, a qual entrou em vigor no início de Setembro desse ano. O diploma incluiu, pela primeira vez, regulação específica para esse meio.

O Diário Económico citava na altura (13-08-07) a agência Lusa, que por sua vez escrevia que entre as dezenas de canais regionais que surgiram nesse ano, três poderiam considerar-se mais abrangentes e com projectos mais complexos: a Região Norte TV, a Sul TV e a TV Centro. Nessa altura, como vimos, já o Porto Canal emitia há quase um ano.

A Região Norte TV começaria então a emitir em Dezembro desse ano, e daria mais tarde lugar à Regiões TV, como já referimos. Já a Sul TV continua a não ter um lugar próprio na grelha de qualquer operador por cabo no nosso país, tendo alguns programas seus a serem emitidos na RTV (Regiões TV). A TV Centro chegou a ser noticiada como uma possível parceira da mesma RTV a partir de Leiria, mas até ao momento não há qualquer dado concreto público sobre essa possibilidade.

Qualquer um destes projectos tinha como objectivo ter uma emissão própria, mas como se sabe, apenas a RTV e o Porto Canal a possuem neste momento. É mais um dado a confirmar a dificuldade das televisões regionais se imporem.

Através da Internet e regulamentados de uma forma completamente diferente, foram surgindo muitos outros projectos em várias cidades do país, alguns já extintos. É o caso de Viana do Castelo com a TV Viana, Famalicão com a Famalicão TV, ainda a Aveiro TV, Viseu TV, Vale do Sousa TV, TV Barroso em Montalegre, entre muitas outras. Mas, na realidade, estes projectos são mais sites de alojamento de vídeos do que propriamente Televisões online, uma vez que a grande maioria não tem uma emissão regular (algo que seria possível através do recurso ao streaming).

No seu estudo “Novos actores no campo da informação de proximidade”, Luísa Teresa Ribeiro (2006, p.94) citava o director executivo da Entidade Reguladora para a Comunicação

Social (ERC) que assegurava que “as televisões regionais on-line não estão abrangidas pela Lei da Televisão porque não integram o conceito de televisão previsto na legislação”. Nuno Pinheiro Torres explicava ainda que “a radiodifusão televisiva é unilateral, enquanto a Internet é multimédia e interactiva, com uma difusão de conteúdos disponibilizada mediante solicitação individual, o que afasta esta difusão do conceito de televisão.”

Capítulo II – Os Telejornais: História, técnica, linguagem

2.1 – O Telejornal – encontro diário com a informação

Os telejornais e outros programas de informação têm um peso considerável na programação das televisões generalistas. Basta olhar para as grelhas dos principais canais portugueses para se confirmar que “nas estações generalistas, a informação assume-se como o eixo principal das suas programações diárias” (Brandão, 2010, p.15). No horário nobre, às oito da noite em ponto, começam os três telejornais de RTP1, SIC e TVI – Telejornal, Jornal da Noite e Jornal Nacional, respectivamente. O Telejornal tem uma hora de duração média, menos trinta minutos do que o Jornal da Noite e o Jornal Nacional. Estes espaços assumem-se como:

Encontros quotidianos em que a uma determinada hora somos convidados à messe da informação. Estes encontros regulares com a actualidade, para uma grande parte dos telespectadores, funcionam mais numa dimensão ritual, ou seja, suplantam o próprio valor informativo (Marion, 1998, p.163).

Os três canais começam as suas emissões também com informação, logo pela manhã, entre as seis e as sete horas. Bom dia Portugal na RTP1, com uma duração de três horas e trinta minutos; SIC Notícias e Edição da Manhã na SIC com uma duração conjunta de duas horas e meia; e Diário da Manhã na TVI com quatro horas de duração. À hora do almoço, novo encontro à mesa, com Jornal da Tarde na RTP1, a durar cerca de uma hora e quinze minutos; Primeiro Jornal na SIC, com uma duração média de uma hora e 20 minutos, semelhante à duração do Jornal da Uma, na TVI. Para além destes horários, a RTP tem ainda o Portugal em Directo, às seis da tarde, com duração de uma hora. Contas feitas, só em programas de informação diários (não contabilizando debates, entrevistas e grandes reportagens, de ocorrência semanal) nestes três canais, todos os dias passam entre cinco horas e meia a sete horas de informação. Isto apesar de estarmos hoje perante um “jornalismo popular-sensacionalista” com um “predomínio de valores-notícia ligados ao apelativo e ao sensacional”, assente em critérios onde se destacam “imagens informativas cheias de emoção, violência e dramatismo” (Mesquita, 1995, p.398).

Confirma-se que as televisões dão grande importância à informação nas suas programações, de uma forma geral. E os portugueses dão também grande importância à televisão. Segundo o Obercom, em Portugal a média de tempo dispendido por espectador a visionar televisão, no

ano de 2007, foi de 256 minutos. Estes valores afastam-nos de países nórdicos como Suécia e Noruega, aproximando-nos porém de países da Europa Ocidental, como Espanha, França e Reino Unido, os quais apresentam uma média de visionamento de televisão superior a três horas. Estes valores, de acordo com o Obercom, reflectem o forte peso da televisão nas práticas mediáticas dos portugueses.

Nuno Brandão (2005, p.97) deixa, no entanto, um reparo no que toca ao conhecimento transmitido através das notícias, em particular na televisão:

As pessoas retiram cada vez menos conhecimento das notícias devido em parte à ascensão e queda constante dos temas, bem como face às suas actuais prioridades, esquecendo-se de que o conjunto das suas rotinas é muito importante para a percepção da realidade. O papel da agenda torna-se então decisivo, visto que em função das opções jornalísticas a seguir temos também uma inerente reconstrução de ideologia.

A rápida ascensão e queda dos temas é potenciada pela urgência da novidade enquanto critério de noticiabilidade essencial. Como sublinha Patterson (1997, p.82), relativamente ao “implacável ciclo de vida das notícias”, “cada dia é um começo do zero, uma nova realidade. A novidade é premiada, e a sua infalibilidade também. Os jornalistas têm de ter uma história para contar, e ela tem de ser sempre diferente da de ontem”.

No que diz respeito ao discurso do telejornal, esse é (Rodrigues, 1999, pp.154,155):

Um processo de narrativização do mundo, colocando em cena os acontecimentos, os actores e os agentes, convertendo-os em sequências sintagmáticas de acções que, ao articularem-se no seio do discurso narrativo, põem em jogo ou em cena as relações paradigmáticas entre unidades de sentido.

Isto, claro está, sempre em *jornalês*, essa maneira própria de falar que foi desenvolvida pelos jornalistas e que se transformou em linguagem (Traquina, 2002, p.155-156). O mesmo autor escreve que o “para além de ser compreensível, o discurso jornalístico deve provocar o desejo, o desejo de ser lido / ouvido / visto. Assim, o *jornalês* exprime-se de uma forma viva através da voz activa.” Néilson Traquina (2002) aponta ainda aquelas que considera ser as características do *jornalês* na reportagem: O realismo gráfico; A criação de ambientes, com a utilização de palavras concretas e a descrição detalhada para transmitir a sensação de que “se está ali”; A utilização de metáforas, úteis para a dramatização do acontecimento.

O telejornal é considerado um género em si (Brandão, 2010, p.16), “com as suas próprias regras de selecção – hierarquização, estruturação narrativa, mediação.” No que concerne à hierarquização, Jaspers (1998, p.175) considera que ao reagrupar as notícias em categorias, se descuidam muitas vezes dois efeitos: “o efeito de posição sequencial”, lembrando as efemérides que são deixadas para o fim dos telejornais, ou seja, “informações-produtos sem utilidade real, mas que fazem parte da comunicação agradável (resultados desportivos, notícias ligeiras ou fúteis, concursos de beleza, nascimentos no Zoo, recordes estúpidos”. O mesmo autor lembra que, “é no último minuto que deveria ser colocada uma das informações mais importantes”. Uma prática pouco usual em Portugal, mas comum em algumas televisões, que optam por terminar os seus telejornais com a repetição das principais notícias do dia.

O segundo efeito que é descurado pela hierarquização nos telejornais, segundo Jean-Jacques Jaspers (1998, p.177) é o “efeito de interferência pró-activa”. Segundo este autor, “a eficiência da comunicação decresce, como o número de informações memorizadas, quando, na ordem dos assuntos abordados num telejornal, os assuntos que se seguem têm características comuns.” Assim, entende que, ao fazer o alinhamento de um telejornal se deve “alternar os assuntos e as suas categorias de informações”, para que não se perca a eficácia da comunicação.

2.2 – A História do telejornal

A origem etimológica da palavra “Televisão” remete-nos para o seu princípio – o da transmissão de imagens à distância. Esse é um sonho antigo da humanidade, mas que só se tornou realidade na década de 1930 do séc. XX. Nessa altura a informação estava longe de ser uma prioridade para as estações pioneiras, nesse novo meio do som e da imagem em movimento. Vivia-se os anos dourados da rádio, e a televisão não se conseguia impor facilmente. O modelo de funcionamento, assim como os profissionais, os recursos técnicos e os conteúdos são precisamente herdados da rádio (Lopes, 1999, p.25). “É um facto que a televisão tenha nascido primeiro como uma espécie de apêndice insignificante da rádio. Exactamente no momento em que, crescendo rapidamente, perturbou o equilíbrio, a influência, a glória e as paixões” (Jeanneney, 2003, p.221).

O Reino Unido destacava-se nessa altura, com a BBC a lançar as suas primeiras emissões

públicas a 2 de Novembro de 1936. No final da década chegam a haver 20 000 receptores em Londres. Do outro lado do Atlântico, o sector privado norte-americano domina, com a RCA a instalar um emissor no topo do Empire State Building, em 1931. A liberdade de empreendimento tão característica dos Estados Unidos da América acaba por provocar alguma confusão, o que não beneficia a venda de receptores. (Jeanneney, 2003, p.223) Em França a televisão estava também em franca expansão, e a Torre Eiffel chega também a servir de antena. Enquanto na Alemanha, “os jogos olímpicos de 1936, constituem o momento fundador, o acontecimento que vem cristalizar aos olhos do público a aparição do novo meio de comunicação social” (Jeanneney, 2003, p.223).

Apesar de tudo isto, no dia 1 de Setembro de 1939 a Alemanha invade a Polónia, dando início à 2ª Guerra Mundial, e todo este fervoroso processo de desenvolvimento tecnológico pára violentamente. Os recursos técnicos de ponta eram agora absorvidos pela indústria bélica. A Rádio, que já tinha o seu lugar bem alicerçado, ganhou um novo fôlego durante esses anos (1939-45). A necessidade de receber notícias o mais rapidamente possível, e de forma simples, prática e barata, fez da Rádio nesse período (e não só) o meio de comunicação preferencial. A televisão sofreu um retrocesso importante, uma vez que não tinha qualquer interesse para as partes em conflito.

Quando a difusão da informação começa a aparecer na televisão, essa ocorre por imposições de ordem política. Muitas vezes manietadas por governos ditatoriais, como aconteceu com a Alemanha nos anos 30. O verdadeiro começo dá-se então após 1945, em período de pós-guerra, e o primeiro telejornal diário surgiria no final dessa década nos Estados Unidos da América. As direcções das estações televisivas esperavam perder audiência com a transmissão de blocos de informação. E nos primórdios, tal receio fazia todo o sentido, uma vez que os primeiros telejornais eram apenas uma transposição directa dos jornais radiofónicos para a televisão, sem qualquer outro meio apelativo – somente jornalistas a lerem notícias diante da câmara. Algo que já havia acontecido com a Rádio, que quando passou a difundir informação, transpunha directamente as notícias de imprensa para o ar, colocando um jornalista a lê-las.

Nesses primórdios a temática ficava-se pela política nacional, economia, internacional e meteorologia (Sousa, 2003, p.64). Nos anos 50, nos Estados Unidos da América, Edward Murrow ia mais longe com o seu famoso “See it Now” na CBS onde o jornalismo de investigação aparecia, em plena 1ª vaga do novo jornalismo, muito adiantado no seu tempo.

Edward Murrow foi um dos jornalistas que melhor fez a transição da Rádio para a Televisão, isto para além de ter conseguido com o seu “Watch Dog Journalism” acordar as consciências de uma nação inteira, e ridicularizar o senador americano McCarthy. Algo que se pode observar no filme “Good Night and Good Luck” (2005) de George Clooney.

A televisão só chega a Portugal em 1956, com as transmissões regulares a iniciarem-se no ano seguinte – as emissões da RTP arrancam nos Estúdios do Lumiar, em Lisboa, às 21:30 horas do dia 7 de Março de 1957. O telejornal começaria, na televisão pública, dois anos depois, a 19 de Outubro de 1959. “Até 24 de Abril nunca perdeu a sua base protocolar” (Cádima, 1995, p.331).

Lá fora, em plenos anos sessenta, com a chegada do vídeo e outras inovações tecnológicas, a informação televisiva entrou numa verdadeira revolução – Período coincidente com a chegada da 2ª vaga do novo jornalismo.

A partir daí os telejornais abandonaram o modelo amorfo de imagens fixas, esquemas, e imagens captadas sem actualidade, e entram num conceito muito próximo do telejornal dos nossos dias. O verdadeiro telejornal nasceu aí. Um telejornal em que o pivot passa a assegurar a coerência e unidade dentro de um bloco multi-temático. É precisamente essa variedade temática que mantêm o interesse do telespectador (Ramonet *cit. in* Sousa, 2003, p.65) e que transformou os telejornais nos programas televisivos líderes de audiência no horário nobre das televisões generalistas de todo o mundo. Esse conceito herdado dos Estados Unidos, a nação dos grandes estúdios de cinema, acaba por derivar precisamente do próprio cinema. Os géneros cinematográficos são encontrados no interior do próprio telejornal. A este novo modelo de telejornal, Ignacio Ramonet (*cit. in* Sousa, 2003, p.65) dá o nome de “Modelo Hollywoodiano de telejornal.”

O modelo americano e o modelo europeu são claramente distintos à partida. Nos EUA, com a televisão entregue ao sector privado desde o seu aparecimento, era a publicidade que garantia exclusivamente o financiamento dessas estações. A publicidade ocupava então já grandes espaços de tempo de emissão, e os critérios de programação geravam alguma polémica. O serviço público de televisão norte americano é então aprovado pelo Congresso em 1967, mas as cadeias de televisão encarregues de o assegurar apresentam uma programação de “nicho”

dirigida sobretudo a elites, com as suas audiências a serem naturalmente pouco expressivas no panorama audiovisual dos EUA (Lopes, 1999, pp.25-26).

Na Europa a situação sempre foi bem diferente, com o Estado a ter uma grande participação nos meios audiovisuais. Algo que, segundo Jean-Noël Jeanneney (2003, p.230) apresenta inconvenientes que se traduzem sobretudo em falta de eficácia:

Na Europa, o peso do Estado é maior em toda a parte do que nos Estados Unidos. Um primeiro mecanismo consiste na prática das nomeações através da “representação proporcional”. Trata-se de repartir os postos segundo os rótulos partidários de uns e de outros. (...) O critério de competência passa frequentemente para segundo plano e, seguramente, a coesão das equipas não é favorecida. A opinião pode bem ter a impressão de uma certa honestidade democrática, mas, como advém sempre com a representação proporcional, a vantagem aparente de um estrita fidelidade na diversidade de opinião é paga através de muitos inconvenientes relativamente à eficácia.

Jay Blumer (*cit. in* Lopes, 1999, pp.27-28) apresenta cinco características que distinguem o modelo europeu de televisão (orientado para o serviço público) do modelo americano (orientado para o mercado):

1. Cobertura abrangente: a televisão pública europeia tentou desde os seus primórdios assegurar uma ampla cobertura geográfica e de conteúdo. Tentando assim satisfazer o maior número possível de cidadãos.
2. Pluralismo: O principal objectivo da televisão pública europeia sempre foi o de “uma televisão de todos para todos.”
3. Vocação Cultural: com o serviço público de televisão pretendia-se perpetuar o património cultural da sociedade. A televisão tornou-se familiar e um complemento da identidade nacional.
4. Relação com a política: a protecção política imposta aos operadores públicos de televisão fortaleceu os propósitos cívicos desta, mas aglutinou-lhe a independência, com consequências evidentes para os jornalistas. A independência do poder político é uma reivindicação antiga da televisão pública, mas nem sempre conseguida. Nos

Estados Unidos a televisão dependia das oscilações de mercado, na Europa da alternância política (quando existia).

5. Distanciamento do mercado: a publicidade num sistema de mercado como o norte-americano era naturalmente bem recebida e imprescindível, enquanto na Europa a sua entrada era meramente tolerada.

Na Europa, a vários níveis, a BBC foi um modelo a seguir, com a televisão a estar historicamente ao serviço da nação e não dos governos. A sua independência provocou mesmo alguns tumultos entre os dirigentes governativos e as direcções de informação da estação britânica, atingindo o seu auge na década de Margaret Thatcher (Jeanneney, 2003, p.233). O rigor informativo com a constante procura de ouvir ambas as partes em assuntos sensíveis, como a Irlanda ou a guerra das Malvinas enfureceu a “Dama de Ferro”. Nessa famosa guerra não usou o termo “inimigo” preferindo utilizar “tropas argentinas” e “tropas britânicas”. O director da BBC rádio chega mesmo a afirmar: “Uma viúva de Plymouth não é diferente de uma viúva de Buenos Aires” (Jeanneney, 2003, p.233).

Entretanto, nascida em 1948, a televisão por cabo expande-se nos EUA, na década de 1970. Uma inovação que traria a esperada igualdade no que respeita às transmissões das mais variadas estações – a mais elitistas e culturais estavam então confinadas às costas Este e Oeste. Porém, o seu crescimento inicial não foi fácil, como refere Jean-Nöel Jeanneney (2003, p.245):

Acontece que a televisão por cabo começa por se desenvolver de forma difícil e não menos desigual. Por outro lado, os seus progressos chocam com os hábitos do público, que não está acostumado a pagar uma taxa, sob qualquer que seja a forma: os Americanos consideram que é normal que a publicidade providencie tudo (nem sequer sonhando que, de qualquer forma, são eles que asseguram o financiamento, se não como pagadores da taxa, pelo menos como consumidores). Portanto, até meados dos anos 80, a televisão por cabo passa por grandes dificuldades.

Desde os anos 1970, segundo Ricardo Jorge Pinto (*cit. in* Sousa, 2001), a emergência da TV como provedor maioritário de informação é uma das quatro grandes razões para a mudança de paradigma do jornalismo, em que o modelo descritivo dá lugar a um novo modelo que privilegia a análise e a interpretação.

De uma forma geral, desde a década de 80, todas as actividades ligadas aos *media* estão em franca expansão. Deparamo-nos então com uma sociedade da informação, muito globalizada, que assenta num novo paradigma técnico-económico. Esta sociedade tem cinco características principais, de acordo com Manuel Castells (*cit. in* Martins, 2006, p.22): A informação constitui a matéria-prima principal; As novas tecnologias têm um carácter infiltrador em todos os aspectos da vida económica e social; As sociedades e as economias funcionam numa lógica de rede; A flexibilidade e a capacidade de mudança das organizações; Crescente convergência de um conjunto de tecnologias específicas num sistema altamente integrado.

Estas evoluções técnicas, sociais, económicas e culturais levaram Umberto Eco (1985) a concluir que a televisão abandonou o estado da Paleotelevisão e entrou na fase da Neotelevisão.

Umberto Eco (1985) afirma então que a paleotelevisão fazia a clara distinção entre informação e ficção. Sendo que nos espaços dedicados à informação o público esperava que a televisão revelasse a verdade, que seguisse critérios de importância e proporção, onde os comentários e as opiniões estariam claramente afastados da informação propriamente dita. A restante programação, preenchida maioritariamente com ficção, guardava para si o entretenimento associado à fantasia e ao imaginário. “Assim, os programas de informação tinham importância política e os de ficção importância cultural” (Santos, 2004)⁹.

Na Neotelevisão abandona-se o modelo relacional pedagógico e a televisão torna-se mais próxima e acessível. Da *televisão-janela* passa-se à *televisão-espelho*, em que as pessoas ao olharem para o ecrã poder-se-iam ver ali reflectidas. (Lopes, 2006)¹⁰ Os talk-shows e os jogos invadem os ecrãs e tornam-se os principais géneros televisivos. Nos vários programas são feitas referências a outros programas do mesmo canal. As montagens são mais rápidas. “Se a Paleotelevisão tinha um contrato, a Neotelevisão funciona na base de um contacto. Dito de outro modo, se, na paleotelevisão, assistir à televisão era um acto de socialização, na Neotelevisão passa a ser um acto individualista.” (Santos, 2004)¹¹

⁹ *In* industrias-culturais.blogspot.com

¹⁰ *In* pontodeanalisesentrevistas.blogspot.com

¹¹ *In* industrias-culturais.blogspot.com

Pierre Bourdieu (2005, pp. 58-59) aborda comparativamente a televisão de duas décadas separadas por 40 anos, reflectindo sobre os efeitos sociais das diferentes formas de funcionamento destas. Assim, a televisão dos anos 50 queria-se cultural e servia-se do monopólio que então detinha para impor todos os seus produtos pretensamente culturais como os debates culturais, os documentários ou adaptações de obras clássicas, tentando assim “formar os gostos do seu público”. Já a televisão dos anos 90, pretendia atingir a maior audiência possível, explorando para isso esses gostos e expectativas através da oferta aos telespectadores de conteúdos que satisfizessem uma espécie de “voyeurismo” e “exibicionismo”. Bourdieu conclui dizendo que não partilha “da nostalgia de alguns pela televisão pedagógico-paternalista do passado” até porque ela não se opõe menos do que a actual “a um uso realmente democrático dos meios de difusão a grande escala.”

A diminuição da linha separadora entre informação e entretenimento leva ao aparecimento de um novo conceito, onde o jornalista já não tem o monopólio da informação, e se assume como um fornecedor de conteúdos. Falamos do “*Infotainment*” (Pinto, 2000, p.130-131), uma “fórmula que começa a ser cada vez mais frequente nos actuais sistemas mediáticos.” O campo jornalístico é invadido “por produtos da esfera do entretenimento”, com os talk-shows a constituírem-se como o caso paradigmático deste conceito.

Dentro deste conceito cabem várias preocupações e temas de discussão na comunidade académica e profissional do jornalismo. Um deles é a necessidade da separação do terreno entre informação e entretenimento: recorde-se a introdução de notícias sobre um programa televisivo (Big Brother) nos noticiários da estação de televisão TVI ou ainda as notícias que as televisões incluem nos seus espaços de informação sobre os seus produtos de entretenimento.

Os reality shows assumem-se como o caso paradigmático deste voyeurismo. O exemplo mais mediático deste tipo de programas será o Big Brother, que conseguiu com o seu formato originalmente holandês invadir as televisões de todo o mundo, confirmando assim que a televisão em *prime-time* caminha para a globalização (Jost, 2003, p.143).

Ángel Cortés (*cit. in* Martins, 2006, p.25) apresentou também as principais diferenças entre Neo e Paleotelevisão, utilizando como ponto de partida os estudos de Umberto Eco. Resumidamente, se a Paleotelevisão assentava em projectos monopolistas públicos, na

Neotelevisão a orientação é a maximização do lucro baseada sobretudo em operadores privados.

Neste contexto importa ainda referir um alerta deixado por Francisco Rui Cádima, já em 1988 (p.185), ao considerar preocupante o decréscimo de produção própria na grande maioria das televisões europeias, nessa altura. Isto precisamente ao mesmo tempo em que aumentavam as horas de emissão. O sul da Europa era apresentado como o caso paradigmático. Em Espanha a TVE via o total de horas de emissão crescer 150 por cento nos anos 80 do século passado, ao mesmo tempo que a sua produção própria decaía 50 por cento. Igual decréscimo, no mesmo período, registava a RAI-1 em Itália, com o número de horas da emissão a aumentar 29 por cento. Rui Cádima questionava-se então: “como resolvem os programadores este problema das suas grelhas?” A resposta era simples para o autor: “adoptando a estratégia da repetição frequente de programas e, sobretudo, produzindo o que falta a baixos custos e, necessariamente, com reduzida qualidade.”

2.2.1 – O caso de Portugal

Com muitos anos de atraso relativamente a outros países, foi precisamente o aparecimento do primeiro operador de televisão privado em Portugal (SIC) que motivou uma autêntica revolução na televisão portuguesa. Como lembra Felisbela Lopes (2000, pp.5-6), os telespectadores portugueses estavam habituados a ver o Telejornal da RTP a partir de um estúdio fechado, onde apenas entrava “o pivot e um ou outro entrevistado”. A 6 de Outubro de 1992, o primeiro noticiário da SIC surpreendeu e inovou, com o estúdio a permitir “a visualização da respectiva redacção”. O alinhamento dos telejornais também foi alterado, abandonando aquilo que era padrão até aí, ou seja, a habitual sucessão temática “Nacional / Internacional / Sociedade / Desporto / Cultura / Faits-Divers”. A SIC apostou predominantemente em “dois valores-notícia: aquilo que era novidade e interessava mais aos portugueses”.

Isto num período nevrálgico do jornalismo português (1988-1992) com o aparecimento dos jornais Independente (1988) e Público (1990), da rádio TSF (1990) e da já referida SIC (1992). Portugal entrava finalmente na segunda vaga do novo jornalismo. No que se refere especificamente à televisão, até esse momento a sua evolução em Portugal foi muito lenta.

Falar da história da televisão em Portugal até 1992 é falar da história da RTP, o operador público e único de televisão até então. Sendo que até 1974 esteve debaixo da censura do regime ditatorial imposta por Oliveira Salazar e António Ferro. Como refere Arons de Carvalho (2005, p.26):

As comissões de censura funcionaram na dependência do Gabinete do Ministro do Interior até que, em 1944, passaram a depender da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, ficando assim sob o controlo directo de Salazar. O estrangulamento total da liberdade de imprensa ficou completo com o arsenal de medidas preventivas e repressivas previstas no Decreto-Lei n.º 26 589, de 14 de Maio de 1936.

Resumidamente, estes poderão ser considerados os principais marcos da televisão em Portugal (Machado, 2004, pp. 74 – 78): a 7 de Março de 1957 arrancam as emissões regulares da RTP nos estúdios do Lumiar. As transmissões eram em directo e sem gravação uma vez que só em 1964 é que a RTP adopta o uso da forma generalizada de tecnologia analógica de gravação de vídeo em cassete de fita (videotape). Quatro anos depois começam as emissões do segundo canal da RTP. Só no final dos anos 1970 é que a cor chega finalmente à televisão em Portugal (1979). Sendo que a grande maioria dos telespectadores continuava a assistir a preto e branco, já que os primeiros aparelhos a cores eram caros e tinham menor qualidade de imagem do que os monocromáticos. Em 1992, no dia 6 de Outubro, iniciam as emissões da SIC (Sociedade Independente de Comunicação) na 3ª posição do espectro televisivo. Começam também nesse ano as emissões da RTP Internacional. No ano seguinte, a 20 de Fevereiro, têm início as emissões da TVI – Televisão Independente, na posição 4 do espectro televisivo.

Em 1994 chega a Portugal a televisão por cabo. Em 1998 arrancam as emissões da RTP África. Surge também o primeiro canal inteiramente dedicado ao desporto (Sport TV). Dois anos depois avança a SIC Internacional, com o canal SIC Gold a ser o primeiro criado pela estação de Carnaxide para transmissão exclusiva por cabo. A SIC Gold é substituída em 2004 pela SIC comédia que entretanto foi extinta em 2006. Como já referimos, em 2001, surge a SIC Notícias (primeiro canal de televisão em Portugal inteiramente dedicado à informação), que nasceu da renovação do CNL (Canal de Notícias de Lisboa). Inicia-se também a SIC Radical. Ainda em Outubro começam as emissões da NTV – primeiro canal totalmente

produzido no Porto. Em 2003 surge a SIC mulher, mais um canal temático da SIC para distribuição por cabo. E em 2004 têm início das emissões da RTP N que substitui a NTV.

Depois de 2004 mais canais foram surgindo. Nos principais distribuidores por cabo os canais portugueses foram-se diversificando. Para além dos canais de sinal aberto (RTP 1 e RTP2, SIC, TVI) temos ainda, dentro do universo da RTP, a RTP N, a RTP Memória e a RTP África. Os temáticos da SIC são neste momento 4: SIC Notícias, SIC Mulher, SIC Radical e SIC K. A TVI tem também o seu canal de informação, o TVI24. A SPORT TV, também aqui já referida, entretanto foi também ela especializando-se: SPORT TV 1, SPORT TV2 E SPORT TV 3. Segundo o próprio site da ZON, são dois canais com o desporto nacional e internacional. O grande destaque vai para o futebol com “os grandes clássicos e o melhor da Liga Portuguesa, as melhores Ligas Europeias (Inglesa, Espanhola e Italiana) e Liga dos Campeões. E ainda toda a emoção da Fórmula 1.” Já o terceiro canal da SPORT TV é “dedicado ao público jovem e feminino. Com modalidades como patinagem, natação, desportos radicais, de aventura, wrestling e desporto escolar.” Mas este canal português de conteúdos exclusivamente pago (canal Premium) tem ainda uma posição dedicada apenas à Liga Inglesa de futebol (SPORT TV Liga Inglesa) e ainda uma outra dedicada exclusivamente ao golfe (SPORT TV Golfe). Tanta diversidade de canais dentro de uma televisão dedicada ao desporto, e particularmente ao futebol, pode dizer algo sobre a importância destas transmissões para o público português. Para além disso já há um canal inteiramente dedicado a um clube em Portugal, o Benfica TV, pertencente ao Sport Lisboa e Benfica. Uma realidade semelhante a outros clubes estrangeiros como Real Madrid, Barcelona, Chelsea ou Inter de Milão, que também têm os seus canais próprios, e que também podem ser vistos no nosso país. Nas grelhas de distribuição por cabo, há ainda a referir os já mencionados Porto Canal, RTV e o MVM. Este último pertence à mesma empresa da RTV, a NEXTV, sediada no Porto. Segundo o site da ZON o MVM é um canal jovem de música onde “o objectivo é transformar uma rádio, com todos os seus ingredientes, numa televisão”. Temos ainda aquela que é a primeira televisão portuguesa dedicada à informação económica, a ETV, emergente do jornal Diário Económico; e o canal mais jovem da televisão portuguesa, o Canal Q, propriedade da Produções Fictícias. Uma última referência também para o canal institucional da Assembleia da República, o AR TV. Só nesta listagem contabilizamos 24 canais de televisão portugueses nas grelhas da TV por cabo no nosso país.

2.3 – O telejornal – linguagem e técnica

Com o aparecimento da CNN (Cable News Network) em 1980 em Atlanta, nos EUA, o modelo de telejornal alterou-se profundamente. Sobretudo no que toca à sua apresentação, já que a credibilização da informação passa agora pelo directo multilocalizado em contínuo, e não tanto pela figura do “pivot estrela”. (Sousa, 2003, p.65)

Neste modelo o facto da emissão ser contínua ao longo das 24 horas do dia é fundamental, assegurando assim estar sempre em cima do acontecimento. Os recursos necessários para ter equipas em constante movimento, assim como a reserva de tempo de satélite são meios dispendiosos. E logicamente numa óptica de televisão de mercado, esses meios só são possíveis se as audiências corresponderem. É aqui parecem começar os problemas...

Como refere José Rebelo (1993, p.670), o recurso ao “directo” faz-se de modo exagerado, como um factor determinante da “informação-espectáculo”. Sem que daí, na maior parte dos casos, se retire uma maior compreensão. Fala mesmo num “culto do directo” onde é passada a ideia de que todos os locais do mundo estão debaixo do olho da televisão, só existindo o que se passa na televisão, “...E o que existe só existe porque passa na televisão.”

Georges Balandier (1999, p.103) afirma mesmo que a televisão conseguiu promover a invasão pela imagem suplantando a “palavra”. Já Pierre Bourdieu (2005, pp.24-25) diz que “a televisão não é muito favorável à expressão do pensamento”. Perante a urgência da comunicação no meio televisivo, o mesmo autor questiona se “será possível pensar na rapidez?” Bourdieu responde com nova pergunta: “a televisão, dando a palavra a pensadores que se considera pensarem a velocidade acelerada, não se condenará a nunca ter mais do que *fast-thinkers*, pensadores que pensam mais depressa do que a sua própria sombra?” O maior problema para o sociólogo francês está no mecanismo encontrado por estes *fast-thinkers* para pensarem “em condições em que ninguém continua a pensar.” Isto é, através de “ideias feitas” (Bourdieu, 2005, p.25):

As “ideias feitas” de que fala Flaubert são ideias aceites por toda a gente, banais, conformes, comuns, mas são também ideias que, quando as recebemos, já as tínhamos recebido, de tal maneira que o problema da recepção não chega a pôr-se. Ora trate-se de um discurso, de um livro ou de uma mensagem televisiva, o

problema maior da comunicação é saber se as condições de recepção se encontram preenchidas; aquele que ouve terá o código que lhe permitirá descodificar o que eu estou a dizer?

Ainda a respeito da rapidez e do imediatismo, o presidente da associação francesa de jornalismo e cidadania, Jérôme Bouvier, citado pelo jornal *Le Courrier de Genève*¹² questionava-se:

E se daqui a dez anos a profissão (jornalista) tiver pura e simplesmente desaparecido? O risco não é tão ténue como parece. O jornalismo dos nossos dias resume-se a correr mais depressa do que o vizinho? Esta vertigem de imediatismo arruína a nossa profissão. O Jornalismo é uma profissão que precisa de tempo, é preciso reafirmá-lo.

Para além da vertigem do imediatismo há uma outra crítica aos telejornais de hoje que também sobressai – a dramatização da actualidade. A esse respeito Gérard Leblanc (1989, p.87,88) dá o exemplo das catástrofes:

A apresentação das catástrofes, onde o directo assume nos telejornais maior destaque, faz predominar a encenação dos efeitos sobre a análise das causas, ou seja, a actualidade como objecto de uma máxima dramatização, em que o telespectador é constantemente tomado por um terror legítimo perante estes acontecimentos que ultrapassam a medida humana, tanto mais que se repetem com uma grande regularidade, provocando a longo prazo um forte sentimento de impotência.

Goulart Brandão (2010, p.19) refere-se à “tirania das audiências” como causa deste problema, citando Eduardo Cintra Torres, que coloca o “lugar da tragédia” como “pano de fundo de parte substancial dos noticiários; e Joan Ferrés para quem o “jornalismo televisivo representa o triunfo da forma sobre o conteúdo” privilegiando “a emoção sobre a razão”; ou ainda Ignacio Ramonet que critica o jornalismo televisivo por destacar o “supérfluo, o espectacular” que predomina nas imagens dos telejornais onde a prioridade vai para a “qualidade visual”.

2.4 – Intervenientes na produção do telejornal

Para além da equipa que sai em reportagem, constituída pelo jornalista e pelo repórter de imagem, a quem se junta o editor de imagem no momento de finalizar as reportagens, muitas são as pessoas que intervêm na produção do telejornal. O Pivot surge naturalmente como o

¹² Courrier International (Nº 179 Janeiro 2011)

rosto de toda a equipa, e acaba por ser a imagem que muitos associam ao jornalista que trabalha em televisão. Mas nos bastidores, há uma equipa de pessoas que tem de funcionar de forma precisa na dependência constante de cada um para que o trabalho seja bem sucedido.

O Pivot

Como já havíamos referido, de acordo com Ignacio Ramonet (*cit. in* Sousa, 2003, p.65) o pivot assegura a coerência e unidade dentro do bloco multi-temático que é o telejornal. Ao apresentar o noticiário o pivot torna-se a cara da notícia. A sua função principal vai para além da mera apresentação das notícias, pois é a ele que cabe o papel de fazer com que o telespectador acredite no que lhe é dito e mostrado. A credibilidade é um factor essencial neste papel, um autêntico actor que deve deixar transparecer segurança, sobriedade e conhecimento.

Ao pivot cabe a função de escrever previamente os textos pivots de abertura e sumário. Caso tenha tempo (um factor sempre escasso) é essencial que reveja as propostas de textos pivots escritas pelos repórteres para as suas peças. A partir do momento em que assume o seu lugar, tudo o que for dito por si é naturalmente da sua responsabilidade.

O discurso oral, a voz, são de uma importância fulcral para um pivot. O discurso deve ser directo, conciso e seguro, com um vocabulário acessível a todo o público. “Em telejornalismo contam-se histórias, não se «lêem textos».” (Sousa, 2003, p.119)

Para além do que é dito, um factor fundamental na comunicação de um apresentador de telejornal é a forma como diz, a forma como comunica com o corpo e aquilo que transmite com o olhar. Desde que existe o teleponto, olhar para a câmara tornou-se muito mais fácil, e é aí, “nos olhos do telespectador” que o pivot deve concentrar o seu olhar. É também essencial olhara através da câmara e não fixar o olhar no texto do teleponto – um erro que deixa perceber que o pivot está apenas a ler, e não a falar com o telespectador. Quando tira os olhos da câmara para verificar os seus textos em papel na mesa ou consultar os monitores embutidos na mesma, isso deve indicar o imprevisto, o acontecimento de última hora. Naturalmente, caso falhe o teleponto, é precisamente aí que o pivot recorre para prosseguir com o telejornal.

Hoje é frequente o uso de várias câmaras de pivot. Assim quando muda o plano dá-se também uma mudança temática no telejornal. É um jogo a que o apresentador terá de estar constantemente atento, pois a fuga do olhar para o lado errado indicará de imediato que algo falhou. O ligeiro desvio do corpo para o lado deve ser a deixa para passar a palavra a um convidado ou comentador, por exemplo.

A boa apresentação e a postura correcta fazem com que a atenção do telespectador se centre nas notícias e não no seu apresentador, como refere Jorge Pedro Sousa (1994, p.41). A descontração e concentração do pivot só são possíveis precisamente pelo conhecimento das peças jornalísticas.

Felisbela Lopes (1999, p.82) atribui ao pivot quatro funções distintas: Função de guia – Ao anunciar o acontecimento; função moderadora – Ao gerir as entrevistas e o tempo concedido a cada entrevistado; função enfática – Ao concluir as peças com um comentário; função delegada – Ao fazer as entrevistas adopta a posição do telespectador, perguntando aquilo que alegadamente este quer saber.

Dentro da Informação espectáculo, a dramatização assume um papel preponderante e aí é o pivot a assumir o papel principal. (Canavilhas, 2001, p.6)

O Coordenador

O coordenador é o responsável pelo alinhamento do telejornal, desempenhando assim a função de último e decisivo “*Gatekeeper*” ao seleccionar as peças que irão para o ar. Um trabalho realizado em conjunto com os respectivos editores de cada secção da redacção.

Para além da escolha das peças que vão entrar no telejornal, é também essencial a escolha do momento em que cada uma passará. Uma decisão particularmente sensível é a da peça de abertura, naturalmente.

Por vezes o pivot do telejornal é também o seu coordenador, mas não é uma regra. Quando não é o caso, na régie, o coordenador está em contacto com o pivot a quem pode ir dando as indicações necessárias, nomeadamente aquando da chegada de notícias de última hora.

No início do telejornal o lugar do coordenador é na régie, onde continua a assumir a responsabilidade do alinhamento, assim como de eventuais alterações de última hora ao mesmo. Com um telejornal a decorrer em directo, e com toda a escassez de tempo que implica o trabalho jornalístico, são vários os motivos possíveis para que ocorram estas alterações. A chegada de notícias de última hora, assim como dificuldades de ligação por indisponibilidade de satélite ou outros imprevistos com os directos de exterior; peças editadas em cima da hora, e que por falta de tempo não estejam prontas a entrar no alinhamento previsto – poderão entrar numa fase mais adiantada do telejornal ou até mesmo ser excluídas; a concorrência – na régie o coordenador está sempre atento ao que as estações concorrentes transmitem, e por vezes, se outra televisão introduz uma notícia de última hora, essa passa a ser uma prioridade para que não se perca conteúdo face à rival.

Para que o telejornal tenha uma fluidez temática lógica e coerente é essencial que o coordenador reaja com agilidade e eficácia a todas estas alterações debaixo de pressão.

O Realizador

O realizador assume o papel de chefe de equipa a partir do momento em que o telejornal vai para o ar. Na régie o trabalho de equipa em constante consonância é essencial, e cabe ao realizador a coordenação geral dos meios técnicos envolvidos. Com particular destaque para a imagem, naturalmente.

As posições das câmaras, assim como os planos desejados são previamente preparados com os operadores de câmara de estúdio, assim como o som com o operador de áudio. Compete-lhe ainda a função de coordenar o trabalho dos profissionais de grafismo. Para além disso define de que forma o telejornal será apoiado por suportes visuais, como cenários, plasmas ou outros grafismos para captar maior atenção por parte do telespectador e contribuir para uma melhor percepção dos temas abordados.

O trabalho menos visível do realizador passa pelo constante contacto com o pivot, dando-lhe assim informações vitais ao longo do telejornal, como qual a próxima câmara a ser usada, por exemplo.

O perfeito entendimento entre o realizador e o operador de mistura assim como com o assistente de realização é essencial para que o telejornal decorra com a fluidez necessária.

O Operador de Câmara de Estúdio

O operador de câmara de estúdio assume o papel dos “olhos do realizador”. A perfeita articulação com o realizador através do sistema de intercomunicação é essencial para que se consigam as imagens desejadas.

Na captação dos planos, de entre várias regras, há uma essencial. O posicionamento a manter por questões de enquadramento – A regra de eixo de câmara, que obedece a um eixo de 180° a dividir a cena que nunca deve ser transposto.

O significado de cada plano utilizado varia de acordo com o movimento da câmara, com o ângulo de captação, o espaço da imagem, mas sobretudo com o enquadramento. Como refere Jorge Pedro Sousa (2003, p.94) “é o plano que determina o tempo de leitura da imagem. Quanto mais abrangente for um plano, quantos mais elementos couberem nele, mais tempo demora a ser lido. Assim, dos vários tipos de planos, destacamos (Sousa, 2003, pp. 94-98):

1. Grande Plano – Destaca-se pela expressividade e pelo seu carácter polissémico. Do ponto de vista informativo é um plano pobre, mas é muitas vezes usado em telejornalismo pelo dramatismo que acarreta. As emoções são muitas vezes transmitidas com estes planos através da expressão facial da pessoa captada.
2. Plano de pormenor – Na prática trata-se de um grande plano “aumentado” revelando apenas um pormenor: mãos estáticas ou em movimento, olhos, objectos... São planos muito utilizados como planos de corte, sendo a sua leitura rápida.
3. Plano Médio – É sobretudo um plano descritivo. Talvez o mais objectivo de todos. É um plano que capta uma parte de um motivo, seja uma pessoa ou um objecto, cabendo ao telespectador construir o resto da imagem que não se vê. Consegue ser um plano equilibrado entre quantidade de informação veiculada e tempo de leitura, e também por isso é muito usado no telejornalismo. Para além da sua utilização nas reportagens, o próprio pivot dos telejornais é captado neste tipo de plano.

4. Plano americano – O seu nome deriva da sua origem, o cinema americano. Mais concretamente os *Westerns*, onde os *cowboys* eram filmados em duelo do joelho para cima. Isto permitia uma maior proximidade do que um plano de corpo inteiro, logo, maior dramatismo, mas ao mesmo tempo ainda era possível ver o sacar do revólver, o que seria impossível num grande plano da face do actor. Em telejornalismo este plano permite contextualizar o jornalista no ambiente que o rodeia num vivo ou num directo.
5. Plano geral – Não é um plano muito utilizado em telejornalismo, pois o reduzido tamanho do ecrã de televisão dificulta a sua interpretação. No entanto a captação de paisagens como identificação de locais onde um dado acontecimento ocorre ou de multidões é comumente usada. São planos de maior duração dado o seu maior tempo de leitura. Uma forma de fazer esta captação de imagem, que consegue sempre despertar a atenção do telespectador, é com o recurso a helicópteros. As imagens aéreas são bastante utilizadas sobretudo em transmissões em directo, ou na reportagem de catástrofes naturais, por exemplo.

O operador de áudio

Todos os sons que chegam a casa dos telespectadores são da responsabilidade do operador de áudio. A ele compete controlar a tomada de som do pivot do telejornal, das peças e dos convidados, caso existam. A adequação da saída de som dos vários canais é essencial para que não haja desfasamento de volume e intensidade. Toda a concentração do operador de áudio é requerida para que não se deixe abstrair por toda a movimentação da régie.

O microfone é um dispositivo que converte som num sinal eléctrico. As ondas sonoras são convertidas em vibrações mecânicas através de um diafragma fino e flexível. Essas vibrações mecânicas são em seguida convertidas em sinais eléctricos. Os três tipos de microfones mais utilizados são:

1. Microfones omnidireccionais – captam os sons de todas as direcções.
2. Microfones bi-direccionais – captam os sons com a mesma sensibilidade quer na parte frontal como na parte posterior.

3. Microfones direccionais – captam os sons provenientes de uma única direcção.

Dentro dos microfones direccionais, estes ainda se dividem por grau de sensibilidade em:

- a) Cardióides – com o seu campo de captação em forma de coração são ideais quer para vozes ou instrumentos.
- b) Super-cardioides – mais sensíveis que os anteriores e com alguma sensibilidade também na parte anterior.
- c) Hiper-cardioides – são os mais sensíveis para captação de sons frontais

Os microfones utilizados nos telejornais, quer pelo pivot como pelos convidados, são os de lapela – que se enquadram nos microfones direccionais cardioides.

O operador de mistura

O operador de mistura é uma autêntica “extensão corporal” do próprio realizador em frente à mesa de mistura. À voz do realizador compete ao operador colocar no ar todos os planos e demais informações que este deseje. Tudo o que aparece no ecrã passa pelo controle da mesa de mistura, onde a cada via corresponde uma entrada diferente. Assim, esta função requer grande concentração e capacidade de acção rápida e sem hesitações.

Trocar câmaras durante o telejornal, abrir a via para que entrem os oráculos nas peças e preparar a entrada dos directos são algumas das funções que competem ao operador de mistura.

Assistente de Informação

O assistente de informação é o responsável pelos alinhamentos dos telejornais, e cabe-lhe a função de contactar todos os outros intervenientes no telejornal. Na preparação dos telejornais o assistente não sai do seu computador, onde vai introduzindo informações essenciais ao realizador e preparando os alinhamentos, e suas eventuais alterações, de acordo com as decisões dos coordenadores.

Assim que as peças vão ficando prontas, compete ao assistente informar o coordenador de que estas já estão no sistema e prontas a ser transmitidas. No caso de haver convidados, deve informar-se dos seus nomes e funções ou cargos que ocupam para comunicar posteriormente ao insersor de caracteres.

Já na régie, a primeira função do assistente é ligar o teleponto – aparelho colocado em frente à lente da câmara que, através de um sistema de espelhos, vai passando o texto a ser lido pelo pivot. Todos os textos escritos pelo pivot irão passando no teleponto a uma velocidade controlada pelo próprio, normalmente através de um pedal colocado por debaixo da mesa.

Qualquer alteração aos alinhamentos será comunicada ao realizador pelo assistente de informação que se senta estrategicamente entre este e o coordenador na régie. Para além disso o assistente vai informando o pivot de qualquer alteração que vá surgindo, para além dos tempos restantes para o fim de exibição de cada peça. Os tempos mais comunicados são os dez e cinco segundos finais, para que o pivot esteja preparado para entrar no ar.

Operador de iluminação

O olho humano tem uma capacidade impressionante de visionamento abarcando um alargado leque de gamas de iluminação. Já a câmara de televisão tem muitas limitações a esse nível, daí que o responsável pela iluminação tenha a seu cargo o colmatar dessas limitações.

Como a televisão funciona a duas dimensões, ao contrário do teatro por exemplo, a percepção de profundidade terá de ser dada através de técnicas de iluminação. As técnicas de iluminação tentam então recriar o ambiente mais natural possível, como afirma Maurício Valim (2002)¹³:

Provavelmente, o mais importante aspecto da iluminação em televisão, em programas que não sejam em linha de show, é que a iluminação deverá parecer o mais natural possível. O telespectador deverá ter uma sensação muito especial que não há iluminação alguma, excepto a luz natural que deveria ser usada na cena, como se fosse uma situação da vida real, ao invés de uma cena de televisão. [...] De um modo geral, a iluminação de televisão, cinema e fotografia é semelhante. Existem diferentes relações de contrastes envolvidas, mas os objectivos são os mesmos.

¹³ In www.tudosobretv.com.br/valim/

Para que o telespectador tenha uma boa percepção da imagem do seu receptor é essencial que as cores de referência estejam o mais naturais possíveis, e tal como refere o mesmo autor: “A única referência que o telespectador possui para ajustar o matiz no receptor é ou através da cor de pele das pessoas ou através das cores facilmente identificáveis de produtos comerciais. É importante reproduzir essas cores tão precisamente quanto possível.”

Os tipos de luz mais utilizados em televisão são:

1. Luz Principal, Chave ou Key Light – É a principal fonte de luz da iluminação. É uma luz similar ao sol quando ilumina um lugar, uma vez que coloca a maior parte da iluminação no objecto e cria sombras que serão percebidas.
2. Luz Secundária, de Preenchimento ou Fill Light – Esta iluminação secundária preenche as sombras com luz suficiente para vermos detalhes na área sombreada sem cancelar a sua própria sombra.
3. Contraluz ou Back Light – Esta luz ilumina o objecto de trás com acentuação de iluminação na cabeça e ombros. Este é um método primário para obter profundidade numa imagem.
4. Luz de Cenário, de Ciclorama ou Set Light – Esta luz serve precisamente para iluminar o fundo do cenário.

Uma das dificuldades impostas pelo elevado número de projectores necessários num estúdio de televisão era a temperatura elevada que se faz sentir. Com a chegada das “luzes frias” que irradiam muito menos calor do que as suas antecessoras esse problema acabou por ser amenizado.

Insensor de Caracteres

O insensor de caracteres tem por função a transcrição de todos os oráculos existentes no alinhamento do telejornal para um computador, de onde os lançará durante a transmissão do noticiário.

Logo no início do Telejornal, o primeiro oráculo a entrar é o nome do pivot. Durante as peças, normalmente sucedem-se três entradas: o nome do jornalista, do repórter de imagem e do editor. Durante as peças também são introduzidos os nomes dos entrevistados e a sua função, o mesmo acontecendo se existirem convidados em estúdio. Obviamente, também são introduzidos os título e subtítulo das peças durante o seu visionamento. A escolha destes fica a cargo do coordenador. Para aumentar a dinâmica da visualização, muitas vezes o subtítulo das peças vai mudando ao longo do tempo em que esta está “no ar”.

Produtor

Ao contrário do que se passa com os produtores na redacção e no serviço de agenda, onde o seu trabalho é essencial, durante a transmissão do telejornal o seu papel não é muito vasto. Passa sobretudo pelo contacto com os convidados, assim como pela reserva de tempo de satélite para que se entre em directo a partir do exterior.

Capítulo III – A Noticiabilidade e o Agendamento no contexto do telejornalismo regional e local

3.1 – A produção noticiosa

Chegados a este ponto, é importante determo-nos sobre as origens da agenda jornalística, nomeadamente sobre se as notícias provêm maioritariamente da procura dos jornalistas ou se correspondem às lógicas das fontes organizadas.

Um estudo levado a cabo por Stephen D. Reese (1994) sobre as notícias televisivas norte-americanas dá conta que os três principais tipos de fontes são porta-vozes institucionais, especialistas e outros jornalistas. Escreve Reese (*cit. in* McQuail, 2003, p.292):

Ao confiarem numa rede de contactos habitual e por vezes estreita (...) os *media* noticiosos contribuem para [uma] convergência sistemática do senso comum convencional, o consenso largamente inquestionado dos pontos de vista dos jornalistas, dos detentores de poder e muitos membros da audiência.

O acesso das fontes às notícias depende, segundo McQuail, (2003, p.295) de cinco factores essenciais: fornecimento eficiente de material adequado (veja-se por exemplo o caso das agências de comunicação); poder e influência da fonte; boas relações públicas; dependência de fontes limitadas por parte dos *media*; e mútuo interesse próprio na cobertura de notícias.

No caso do jornalismo regional e local não será difícil perceber o peso destes factores seja por constrangimentos de origem económica que limitam a iniciativa, seja pela própria proximidade em relação aos responsáveis políticos que, como foi referido, contribuem não raras vezes para o financiamento destes projectos.

Mas muitas vezes, a capacidade de transformar um mero acontecimento em notícia faz parte das características intrínsecas de um bom jornalista. Consegue assim, graças à sua capacidade, elevar um acontecimento à categoria de notícia por mérito próprio, satisfazendo os critérios de noticiabilidade – critérios que obedecem a uma lógica pragmática, quer de ordem editorial, ideológica, económica, ou outras.

Entramos assim no campo da noticiabilidade que assenta em duas questões essenciais: o que é ou não notícia? E quem o define?

A resposta dos jornalistas é mais instintiva do que científica, como afirma Nelson Traquina (2002, p.204). Há uma lógica, mas essa acaba por não ser explícita, a prioridade de uns critérios sobre os outros acaba por não obedecer a um conjunto de regras específico. Mas tal como é referido pelo mesmo autor, os critérios de noticiabilidade existem desde o surgimento do jornalismo.

A questão do *gatekeeping* é fundamental neste contexto. Em 1947, Kurt Lewin encetou uma pesquisa sobre a dinâmica dos grupos sociais. Nesse contexto publicou um estudo sociológico sobre as decisões domésticas para a aquisição de alimentos para a casa (Santos, 2001, p.92). Daí resultam conceitos como “áreas de portão” onde são tomadas as decisões. E os “guardiões de portão” como os decisores. Nesse estudo sociológico Lewin apresenta o “merceeiro” como o primeiro “Gatekeeper”, ao escolher os vegetais que pretende de entre aqueles que lhe são apresentados pelo produtor. O comprador doméstico é então o segundo “Gatekeeper” quando escolhe os vegetais que pretende levar para casa. E finalmente o cozinheiro é o terceiro “Gatekeeper”, ao preparar os legumes que vai colocar na mesa, escolhendo as partes que considera mais saborosas.

Ao estabelecer uma comparação entre este sistema e o processo informativo, Lewin deu o mote para que David White publicasse o primeiro estudo sobre os “*Gatekeepers*” da informação, já em 1950. Um experiente jornalista de um pequeno jornal norte-americano de uma cidade com 100 000 habitantes (Mr. Gates) foi o alvo de White (Santos, 2001, p.92). A esse jornalista estava incumbida a tarefa de seleccionar as notícias a publicar no jornal. Ao longo de uma semana Gates guardou todos os telex recebidos, anotando as razões da rejeição das notícias que não utilizou (e que então para aquele jornal, não o chegaram a ser). 1333 explicações foram dadas, cerca de oitocentas relacionavam-se com a ausência de espaço, trezentas a histórias repetidas, sem interesse ou mal redigidas, e em mais de setenta casos, os acontecimentos foram produzidos demasiado longe, o que retirava impacto junto dos leitores.

Segundo Mauro Wolf (2006, p.181), o grande mérito destes estudos iniciais foi o de identificar o *onde*, o momento em que a acção do filtro é exercida. Afinal “os momentos de

decisão em que o jornalista decisor decide quais as notícias que deixa passar e quais não deixa passar.” (Sousa, 2003, p.74)

Entretanto, no campo da sociologia interpretativa, Warren Breed apresentou um estudo sobre o controlo social nas redacções em 1955. Aí apresenta uma série de motivos que conferem uma conformidade e homogeneização à produção noticiosa: a autoridade institucional aceite e as sanções; os sentimentos de dever e estima para com os superiores; as aspirações à mobilidade profissional; a ausência de fidelidades de grupo contrapostas; o carácter agradável do trabalho; a notícia transformada em valor.

Se para White os critérios de selecção eram subjectivos, Gieber em 1956 concluiu que os constrangimentos impostos pelas organizações relegam para segundo plano essa subjectividade do jornalista. Algo confirmado e acentuado pelos investigadores Westley e MacLean em 1957.

Com a continuação dos estudos sobre *gatekeeping* novas lacunas foram sendo apontadas à teoria inicial que, no entanto, serviu de base para que McNelly em 1959, tenha descoberto que não havia apenas um *gatekeeper*, mas vários dispostos em sequência. Além disso, descobriu que o processo de selecção noticiosa não reduz só o número de notícias – essa redução é extensiva aos conteúdos das mesmas, uma vez que a cada *gatekeeper* por onde passa a notícia vai sendo filtrada com base em critérios cada vez mais apertados.

Para Mauro Wolf (2006, p.190) a noticiabilidade:

É constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos (...) para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esse requisitos é “excluído” por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que (...) não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo publico através das comunicações de massa.

Assim, o mesmo autor resume a noticiabilidade como correspondendo a um:

Conjunto de critérios, operações, e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número previsível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

A selecção dos acontecimentos transformando-os em notícias acaba por ser feita com um alto grau de automatismo, obedecendo a rotinas de trabalho na produção informativa. Essa lógica é designada por *newsmaking* e “diz respeito à organização e trabalho rotineiro envolvido na produção de informação” (Santos, 2001, p.97). Os valores-notícia surgem como guia para ajudar os jornalistas a catalogar as notícias de forma rápida e intuitiva, levando a que muitos autores considerem o processo de selecção noticiosa como algo previsível.

Naturalmente, aqueles que consideram ser impossível prever com exactidão a ocorrência dos acontecimentos, mostram-se mais cépticos quanto à noticiabilidade, e à sua utilidade. É o caso de Joaquim Fidalgo (1999) que acredita mais na subjectividade e no momento de decisão, tomado por pessoas em determinados projectos editoriais concretos, interpretando as regras e fazendo as suas opções – determinam isso como sendo o mais relevante.

3.2 – Os Critérios de Noticiabilidade no contexto do telejornalismo regional e local

O conceito de “Critérios de Noticiabilidade” foi introduzido por Galtung e Ruge em 1965. Estes autores defenderam que esses critérios se impunham à subjectividade do jornalista. Assim, formularam uma lista de critérios que actuando interligados entre si ajudam o *Gatekeeper* a seleccionar as notícias que entenda serem mais interessantes para o público. Desses critérios, de uma forma simplificada, resultam doze (Sousa, 2006, p.218): momento do acontecimento, intensidade, clareza, frequência, significância, consonância, inesperado, continuidade, composição, proeminência das nações/pessoas envolvidas, personificação, negatividade. Mais à frente veremos com mais profundidade aqueles que consideramos mais aplicáveis ao contexto da televisão regional.

Um dos autores que aborda de forma mais exhaustiva este tema é Mauro Wolf (2006), abarcando muitos dos critérios de noticiabilidade avançados por outros autores, como é o caso dos já citados Galtung e Ruge (1965), mas também Golding e Elliott (1979) e Gans (1979). Mauro Wolf (2006, pp.195-218) considera os valores-notícia como uma componente da noticiabilidade, e elenca uma série de critérios que ajudam então a definir o que é ou não é notícia. Uma das novidades que este autor nos traz é a divisão dos critérios em categorias: critérios substantivos; critérios relativos ao produto; critérios relativos ao meio de comunicação; critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência.

Já Nelson Traquina (2002, p.173) diz que os valores-notícia básicos têm variado pouco ao longo da história. E recua mesmo até ao início do século XVII para fazer essa afirmação, comparando notícias que surgiam nas *folhas volantes* dessa altura, com as dos jornais dos anos 30 do século XIX, e dos anos 70 do século XX. Traquina (2002, p.178) parte da análise académica dos valores-notícia, para chegar aos seus próprios critérios: “os valores-notícia segundo Traquina” (2002, p.186). Aí, o autor divide os critérios em dois grandes grupos – os valores-notícia de selecção e os valores-notícia de construção, tal como Mauro Wolf já havia feito, ao apontar que “os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de selecção dos acontecimentos e na processo de elaboração da notícia”. Dentro dos valores-notícia de selecção, faz ainda a distinção entres os critérios substantivos e os critérios contextuais (Traquina, 2002, p.187-202).

Jay Epstein (*cit. in* Santos, 2001, p.101-105) é outro autor importante para a definição de critérios de selecção de acontecimentos no âmbito deste trabalho, uma vez que os seus estudos sobre “*newsmaking*” recaíram particularmente em televisão. Através da observação das três maiores cadeias de televisão norte-americanas nos anos 60, Epstein redescobriu o conceito da imagem polissémica de Roland Barthes. Ele já havia atacado o conceito de que a televisão seria o espelho da realidade, e concluiu que a televisão a ser um espelho, será o da hipérbole.

Descrever a informação em televisão como sendo um espelho dos acontecimentos implica necessariamente um grave negligenciar da importância da cadeia de decisões feita antes e depois do facto por executivos e jornalistas, ou, numa palavra, pelos processos organizativos (Epstein *cit. in* Santos, 2001, p.105).

Ao considerar os constrangimentos específicos do meio, Epstein conseguiu assim apresentar uma lista de critérios para a selecção de notícias em televisão, com particular destaque para o valor das imagens e para a logística.

Esta revisão bibliográfica permite-nos identificar os critérios de noticiabilidade mais consensuais, assim como cruzar critérios de significado muito semelhante, mas que se apresentam com nomes diversos. O objectivo que melhor se enquadra na óptica deste trabalho é chegar aqueles valores-notícia que sejam mais aplicáveis num contexto de jornalismo

televisivo, com a especificidade do jornalismo de proximidade, tal como o encontramos numa televisão regional.

Vamo-nos então centrar nos critérios de noticiabilidade que consideramos mais adequados ao contexto de uma televisão regional:

Proximidade: Galtung e Ruge (1965) colocam este critério como parte integrante de um outro que consideram mais abrangente – a significância, que relaciona a proximidade com a relevância. Entendendo-se assim que terá de existir uma proximidade geográfica e cultural para que o público se identifique com a notícia. Nelson Traquina (2002, p.188) também refere este valor-notícia, realçando que a sua importância é mais óbvia do ponto de vista geográfico, mas que também a proximidade cultural assume papel de relevância, podendo provocar distorções geográficas. Pegando no exemplo de Golding e Elliot (*cit. in* Traquina, 2002, p.188) podemos afirmar que, no caso português, o Rio de Janeiro (Brasil) estará mais próximo de Lisboa (Portugal) do que de Quito (Equador) à luz deste conceito de recolha de informação. Naturalmente, no caso de uma televisão regional, a proximidade geográfica é a mais relevante, tanto mais que este conceito é até definidor do jornalismo que se faz nestes meios, como já vimos nas definições de “jornalismo de proximidade” e de “televisão de proximidade”.

Imagem: este é um critério essencial em televisão, seja qual for a sua cobertura geográfica. Mauro Wolf (2006, p.210) cataloga este critério dentro daqueles que denomina como “relativos ao meio de comunicação”. A qualidade e existência suficiente de imagens são factores determinantes para seleccionar um acontecimento como notícia em televisão. A importância do repórter de imagem é tremenda neste meio, assim como o bom trabalho de equipa entre este, o jornalista redactor, e o editor. No entanto a palavra, a importância do texto, nunca poderá ser esquecida, como afirma Gans (*cit. in* Wolf, 2006, p.210) “O texto verbal é tão essencial como as imagens, porque, muitas vezes, é ele que contém a verdadeira notícia, enquanto as imagens acompanham e ilustram as palavras”. Nelson Traquina (2002, p.196) chama “visualidade” a este critério, dando-lhe exactamente o mesmo sentido. Isto dentro da categoria que o próprio autor definiu como sendo um critério contextual dentro dos valores notícia de selecção. Já Epstein (*cit. in* Santos, 2001, p.101-105) fala no “valor das imagens”, considerando que aqueles acontecimentos que contenham imagens com impacto dramático ou de interesse para o público serão os preferenciais. Apesar de tudo há algumas

excepções. Quando os acontecimentos são realmente importantes há formas de contornar a carência ou mesmo a total ausência de imagens de um acontecimento específico. O recurso a imagens de arquivo, os vivos com o jornalista a relatar o acontecimento, ou convidados entrevistados no telejornal, em estúdio, sobre o assunto, são alguns exemplos.

Actualidade: o próprio conceito de actualidade foi variando ao longo do tempo, ao sabor da evolução tecnológica, diminuído assim a distância temporal entre um acontecimento e o momento em que este é noticiado. Sobre este critério Golding e Elliott (1979, p.121) dizem que “as notícias devem referir-se a acontecimentos o mais possível em cima do momento da transmissão do noticiário”. Galtung e Ruge (1965) referem-se ao “momento do acontecimento” considerando que os acontecimentos de última hora são tendencialmente privilegiados relativamente aos menos recentes. Por seu turno Nelson Traquina (2002, p.189) fala-nos no “factor tempo” nas suas várias formas, mas centrando-o “em primeiro lugar” precisamente “na forma da actualidade.” Mauro Wolf (2006, p.207) encaixa este critério na categoria “relativa ao produto”. Para a selecção de acontecimentos em qualquer órgão de informação este é, sem dúvida, um critério da maior importância. A vertigem da actualidade é particularmente sensível em meios mais efémeros, como é o caso da rádio e da televisão. As televisões regionais não são excepção, sobretudo quando têm um telejornal diário e em directo. Algo que potencia em grande medida a possibilidade de inclusão de notícias de última hora.

Notoriedade: “O nome e a posição da pessoas são importantes como factor de noticiabilidade” (Traquina, 2002, p.188). Mauro Wolf (2006, p.201) considera o “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável” uma das variáveis para determinar a sua importância. Jay Epstein (*cit. in* Santos, 2001, p.103) refere-se a este critério em termos mais gerais, como “valor noticioso”, mas na sua definição percebe-se a importância que atribui à inclusão de pessoas com cargos importantes para justificar esse mesmo valor. Na sua formulação para este critério Galtung e Ruge (1965) assumiam a “proeminência das pessoas e dos países envolvidos”. Ou seja, os países de maior expressão política e económica são mais vezes referidos, assim como as pessoas consideradas de elite. No que diz respeito às nações este critério não seria, à partida, utilizado numa televisão regional. No entanto há registos de notícias internacionais incluídas nos conteúdos informativos das televisões regionais. Foi o que se passou, por exemplo, com o caso das

últimas eleições norte-americanas. Já as elites locais, como os autarcas, estão largamente representadas nos conteúdos das televisões regionais.

Clareza: Mauro Wolf (2006, p.213) interliga a clareza com os critérios relativos ao público, ao considerar que o jornalista se está a aproximar do público quando utiliza as habituais “muletas” ou “frases feitas” para descrever conceitos mais complexos. Já Galtung e Ruge (1965) consideram que a inexistência de dúvidas sobre o significado de um acontecimento potencia as suas hipóteses de ser noticiado. “Simplificação” é o nome encontrado por Néelson Traquina (2002, p.198) para este critério. A simplicidade da notícia passa pela ausência de ambiguidade, e portanto pela sua clareza para o público. Quão maior for a possibilidade da notícia ser percebida pelo público maior é a sua noticiabilidade. Uma vez mais, conceitos habitualmente desagradáveis e redutores, como as ideias feitas e os estereótipos são necessários precisamente para garantir a redução polissémica do assunto. Quando uma notícia não é suficientemente clara, cresce naturalmente a necessidade de a explicar, analisar e contextualizar. Nas televisões regionais, dada a inexistência de jornalistas especializados em áreas consideradas chave, alguns temas mais complexos poderão ser relegados dos conteúdos informativos destes canais. Assuntos mais minuciosos ligados à cultura, à economia ou à política, por exemplo, tenderão a perder relevância nestes canais, dada a sua complexidade habitual.

Personificação: Este é outro dos primeiros critérios avançados por Galtung e Ruge em 1965. Assim, os acontecimentos que possam ser retratados como consequência das pessoas envolvidas, em particular uma pessoa, atraem maior interesse humano – logo serão mais facilmente convertidos em notícia. Nelson Traquina (2002, p.199) destaca “inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico” que atribuem importância a este critério “como estratégia para agarrar o leitor, pois as pessoas interessam-se por outras pessoas.” Identificação é uma palavra-chave neste critério. Por exemplo, para noticiar os longos tempos de espera para uma consulta externa num hospital, um dos processos mais utilizados pelos jornalistas é focar essa espera num paciente em concreto. No caso de uma televisão de proximidade a identificação é particularmente importante, e por isso, também a personificação, já que se está a falar para um público específico, com particularidades culturais e geográficas que acentuam a pertinência deste critério.

Previsibilidade: Este critério assume particular importância em televisão, já que as

necessidades logísticas do trabalho em equipa e a dependência da imagem limitam a sua operacionalidade (Epstein *cit. in* Santos, p.103). Por essa razão, a necessidade do planeamento do trabalho faz com que acontecimentos previsíveis sejam privilegiados. Galtung e Ruge (1965) falam em “Consonância” quando se referem a este valor-notícia. Nesse sentido afirmam que um acontecimento que corresponda às expectativas geradas pelos *media* será mais facilmente noticiável do que aquele que contrariar as ideias preconcebidas. Néelson Traquina (2002, p.200) segue essa mesma linha, explicando o seu funcionamento numa lógica de fluidez narrativa, ou seja, se a notícia estiver devidamente contextualizada por acontecimentos anteriores irá corresponder mais facilmente às expectativas criadas pelo receptor. Esta capacidade de conseguir fazer com que as “novas” notícias sejam “velhas”, permite aos jornalistas lograr o seu eterno tirano – o tempo. Um dos exemplos mais referidos é a inserção do sufixo “*gate*” que remete o público imediatamente para o “escândalo político” ou a “corrupção”. Uma prática que descende directamente do caso *Watergate*, e que teve reflexo, por exemplo, no caso *Bayergate* (corrupção por parte da indústria farmacêutica), ou *Belémgate* (com a célebre polémica das alegadas escutas à casa oficial do Presidente da República). No caso concreto das televisões regionais este critério assume uma enorme importância. Isto porque, como já vimos, os constrangimentos de origem económica limitam a iniciativa e aumentam a dependência dos comunicados de imprensa. Muitos acontecimentos imprevistos poderão nem ser notícia pelo simples facto de não existir uma equipa disponível para os cobrir.

Frequência: Na formulação inicial deste critério Galtung e Ruge (1965) diziam que, por norma, se um acontecimento for demasiado longo ou demasiado curto perderia preponderância face a outros. Assim, é importante que a frequência da sua ocorrência coincida com a frequência do meio que o noticia. Em televisão, “este critério privilegia os acontecimentos pontuais, únicos, concluídos num breve lapso de tempo” (Wolf, 2006, p.211). São estes acontecimentos os mais adequados ao ritmo de produção do meio televisivo. O mesmo princípio aplica-se às televisões regionais.

Magnitude: Quão maior for a magnitude e intensidade de um acontecimento maiores são as suas hipóteses de se tornar notícia (Galtung e Ruge, 1965). Relativamente a este critério, Néelson Traquina (2002, p.199) atribui-lhe o nome de “Amplificação”. Quanto maior for a dimensão do acontecimento mais notado será. Seja pela amplificação do próprio acto, dos seus intervenientes ou das consequências que se esperam poder advir desse acontecimento.

Como já referimos, o papel dos órgãos de informação regional e local, no que toca a acontecimentos de maior magnitude, passa muitas vezes por traduzir para a escala local as implicações dessa notícia. É o que normalmente acontece nas televisões regionais ao aplicarem à sua abrangência geográfica um determinado assunto que tenha implicação em todo o país. Por exemplo, no dia 1 de Janeiro de 2008 entrou em vigor a nova lei do tabaco, que passou a proibir o uso do cigarro na grande maioria dos estabelecimentos públicos. Os primeiros a revoltarem-se contra esta lei foram os bares, cafés e restaurantes do país, que receavam passar a ter menos clientes. A RTV fez, na altura, várias reportagens sobre esta lei, e as suas implicações, em particular nos estabelecimentos do Grande Porto. De tal forma que o Presidente da Associação de Bares e Discotecas da Zona Histórica do Porto passou a ser uma das fontes mais citadas pela estação.

Disponibilidade / logística: O que aqui está em causa é a facilidade de cobertura de um acontecimento. Como refere Néilson Traquina (2002, p.196) “não é possível ir a todas, isto é, cobrir todos os acontecimentos com o envio de um jornalista.” Neste contexto, Mauro Wolf (2006, p.206) refere-se aos critérios relativos ao produto, ou seja, respeitantes à disponibilidade de materiais e às características específicas do produto informativo. O primeiro aspecto está relacionado com a “acessibilidade” dos jornalistas ao acontecimento, e também com a necessidade de “meios de cobertura” (Golding e Elliott, 1979, p.144). O critério da disponibilidade de meios torna-se ainda mais relevante, quando as questões logísticas são mais “pesadas”, como acontece em televisão. Nesse meio Epstein (*cit. in* Santos, p.104) divide este critério em dois – “Custos” com as questões financeiras a assumirem-se como essenciais e a fazerem com que os acontecimentos mais próximos, que impliquem menos gastos, sejam privilegiados na selecção noticiosa; e “Logística” – um critério que foi perdendo importância com o passar do tempo, pois na época do estudo de Epstein a televisão ainda funcionava em filme. Com a chegada do vídeo e a passagem do analógico para o digital tudo se processa mais rapidamente e com material mais “leve”. No entanto, os recursos humanos e técnicos não são infinitos, e particularmente no caso das televisões regionais, esta é uma realidade incontornável.

Negatividade: Um critério que acompanha a selecção noticiosa desde os princípios da história do jornalismo. As notícias negativas são decididamente mais frequentes do que as positivas nos noticiários. Em grande parte por congregarem em si vários critérios que justificam a sua escolha como garante de interesse para o público. São mais inesperadas e

geram consensualidade (Galtung e Ruge, 1965). Dentro deste critério também podemos incluir a “Morte” – Um valor notícia fundamental para Néilson Traquina, quando diz: “Onde há morte, há jornalistas” (Traquina, 2002, p.187). Neste contexto Mauro Wolf (2006, p.207) fala na “notícia como resultado de uma ideologia da informação esclarecendo assim a célebre frase *Bad news is good news*”.

3.3 - O Agendamento no contexto do telejornalismo regional e local

Na actualidade é comum a referência ao poder dos *media*, porém há quase 90 anos o jornalista norte-americano Walter Lippmann (1922), no livro “Opinião Pública”, defendia que os *media* são a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que as pessoas têm desses mesmos acontecimentos (Traquina, 2004, p.12-13). O processo de selecção de notícias tem assim impacto junto do público, algo de que dá conta a teoria do *agenda-setting* estudada pela primeira vez por Malcom McCombs e Donald Shaw.

Na formulação inicial apresentada por estes investigadores, em 1972, estabelecia-se a hipótese da existência de uma relação causal entre a agenda mediática e a agenda pública. Com os *media* a determinarem os temas que realmente são importantes, na tentativa de perceber essa importância acabam por defini-la. Mas somente quarenta anos mais tarde Bernard Cohen (*cit. in* Traquina, 2000 p.17) avançava com a conceptualização desta teoria ao afirmar que a imprensa:

Pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer às pessoas sobre o que pensar. O mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redactores, editores e redactores do jornal que lêem.

Vivia-se então a década de 70 do século XX, e esta teoria representou um regresso ao paradigma teórico que privilegiava a análise dos efeitos sociais da comunicação de massas, mas numa nova perspectiva. Uma geração de investigadores com doutoramento, e que possuíam experiência directa na área da comunicação, entendiam que o principal objectivo dos *media* era informar, mais do que persuadir ou modificar comportamentos. “Ao contrário da longa tradição do estudo dos “efeitos” em analisar a mudança de atitudes e opiniões, o

trabalho de McCombs e Shaw visava examinar o papel dos *media* na formação e mudança de cognições” (Traquina, 2000 p.17).

Com a evolução da investigação em jornalismo, foram encontradas limitações à teoria do agendamento sobretudo pelo facto de referir apenas os efeitos produzidos pela agenda dos *media*. Alterações de fundo foram introduzidas pelas pesquisas de autores como Rogers e Dearing que concluíram pela existência de três tipos de agenda diferentes:

A agenda dos *media*: referente às prioridades do conteúdo dos *media* em relação a temáticas e acontecimentos;

A agenda do público: respeitante aos assuntos em destaque na opinião e conhecimento do público;

A agenda política: a qual apresenta os temas e as propostas dos políticos.

Como os próprios autores sublinham, foi o facto de terem apresentado o *agenda-setting* como o “produto de interacção destas três agendas” que os leva a ser alvo de curiosidade académica por quem estuda estas questões (Rogers e Dearing, 1996, p.9). O agendamento pode ainda ser ou não intencional e desencadeado pelos *media*, pelos decisores políticos ou pelo próprio público.

Uma das investigações dos autores recaiu sobre o apogeu e queda da “Guerra às Drogas” no final da década de 80 do séc. XX, nos Estados Unidos. A morte de um conhecido jogador de basquetebol fez com que a questão das drogas entrasse gradualmente na agenda mediática e fosse catapultada para a agenda nacional com a então primeira-dama, Nancy Reagan, a liderar a campanha anti-drogas “Just say no”, e com os decisores políticos a afectar uma verba federal de 2 mil milhões de dólares para acções de sensibilização e prevenção de consumo de drogas. De uma forma sumária, os autores descrevem o processo de tematização desta questão da seguinte forma:

O apogeu e queda da questão da droga na agenda nacional sugere que o agendamento desta temática foi uma construção social, sem correlação com dados objectivos referentes a mortes provocadas por drogas

nos Estados Unidos. Esta construção social foi principalmente conduzida pelos *media*” (Rogers e Dearing, 1996, p.21-22).

Mas como já foi referido, há exemplos em que é o próprio público a influenciar a agenda dos *media*. No caso do nosso objecto de estudo, e a título de exemplo, um dos programas que está representado no site da RTV, *Histórias da Minha Terra*, convida os telespectadores a enviarem histórias e imagens para o programa sob o seguinte mote: “Aconteceu e foi diferente? Acontece sempre porque é tradição? Nós queremos saber, nós queremos ir à Sua terra, à sua Rua, ao seu Mundo”¹⁴.

Nos últimos 40 anos a teoria do agendamento transformou-se numa espécie de “chapéu” para um conjunto de tradições de investigação e de conceitos da área da comunicação constituindo-se num verdadeiro paradigma de estudos. Como refere Nelson Traquina (2000):

Enquanto as fases iniciais da pesquisa do agendamento se concentravam na questão “quem determina a agenda pública – e em que condições?”, a mais recente fase de trabalho centrou a sua investigação na pergunta “quem determina a agenda dos *media*?”

Uma conclusão a que o autor chega é que o poder a que o agendamento se refere é na verdade jornalístico e não mediático. É que a quase totalidade dos estudos sobre o agendamento baseia-se em análises dos conteúdos dos *output* do campo jornalístico como as notícias dos jornais e dos noticiários televisivos (sobretudo nas campanhas políticas, e mais especificamente nas presidenciais norte-americanas) – e não sobre toda a produção mediática. A agenda mediática dos estudos do agendamento é a agenda dos *media* noticiosos, ou seja, a agenda jornalística, entendendo-se esta “como o conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico, conhecido como notícias, ou, simplesmente, informação (Traquina, 2000 p.19).

¹⁴ www.rtv.com.pt

Capítulo IV – Estudo de caso (Os telejornais da RTV)

4.1 – Introdução

Nesta parte do trabalho pretende-se analisar os noticiários televisivos da RTV (Regiões TV), um canal regional, que nasceu como sendo um canal de informação regional, segundo a deliberação¹⁵ da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) de 13 de Dezembro de 2007. Então, ainda com a designação de RNTV – Região Norte Televisão, esta “foi autorizada a exercer a actividade de televisão através do serviço de programas temático de informação de cariz regional de cobertura nacional e acesso não condicionado com assinatura, denominado “Região Norte TV – RNTV”. Isto apesar da deliberação da Entidade Reguladora da Comunicação, já aqui citada, e onde se lê que a RTV continuará a ter uma grelha de programação “centrada na informação”.

Cabe abrir aqui um parêntesis para referir que, quando a direcção do canal fez um pedido de alteração de nome para RTV (Regiões TV) este foi acompanhado de um pedido para alteração ao plano geral de programação inicialmente aprovado. O pedido passava por incluir uma nova programação temática regional vocacionada para outras regiões, nomeadamente “Centro, Sul, Madeira e Açores; e introduzir programas de entretenimento na programação, “numa ocupação geral não superior a 20% da programação geral transmitida.” A ERC entendeu que dessa forma “matriz do serviço de programas não sofre qualquer alteração relativamente ao projecto aprovado.”

Apesar do alvará concedido pela ERC, o que se verificou foi um progressivo abandono da matriz informativa do canal. De tal forma que, no período analisado, o tecto de 20% de entretenimento na programação geral se inverteu ultrapassando os 80%¹⁶.

A RTV acaba por ser uma televisão regional, de cobertura noticiosa quase local, apesar da intenção da sua Direcção em cobrir todas as regiões do país, manifestada também no slogan “Regiões TV – Portugal por inteiro”. A realidade é que a única redacção do canal fica no Porto, e é aí, no Grande Porto, que concentra a sua actividade.

¹⁵ Deliberação 4/AUT-TV/2010 – Pedido de alteração da denominação e do projecto aprovado para o serviço de programas RNTV

¹⁶ Programas de entretenimento como “Loiras e Morenas”, “Rosa e Lilás”, “I Night” ou “Aldeia da Pequeneda” foram sendo introduzidos na programação.

Mais concretamente, e no que toca ao objecto de estudo específico deste trabalho, ou seja o noticiário televisivo da RTV, o “Jornal Regional”, veremos que as reportagens que o constituem são vincadamente regionais e concentradas geograficamente no Grande Porto.

Durante o período em análise, constata-se que este jornal televisivo teve apenas uma versão diária, transmitida em directo às 17h30 minutos, repetindo a sua gravação integral às 19h30 e às 21h30 minutos. Isto durante os dias da semana, de segunda a sexta-feira. Ao Sábado e ao Domingo passou a versão fim-de-semana, que é a repetição de todas as reportagens que passaram ao longo da semana, gravadas a partir do “Jornal Regional” de cada dia e retransmitidas neste formato. Por este motivo, como veremos mais à frente, a análise deste estudo incide nos noticiários diários, de segunda a sexta-feira, uma vez que ao fim de semana temos apenas uma repetição das peças já transmitidas durante a semana.

4.2 – Metodologia

Como já foi referido, o objecto deste estudo de caso é o telejornal da RTV, ou seja, o “Jornal Regional”. Assim, estudaram-se as edições do Jornal Regional de uma semana construída, no período compreendido entre 7 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 2011. Para uma contextualização mais precisa da RTV utilizou-se a metodologia da “observação participante”, que permite o estudo dos fenómenos directamente no seu ambiente (Sousa, 2006):

Há mesmo problemas comunicacionais que dificilmente se podem estudar excluindo a observação directa. Além disso, a observação directa ajuda, frequentemente, a isolar e relacionar variáveis, a comprovar ou contextualizar hipóteses, a descrever detalhes e matizes difíceis de descortinar de outro modo, etc. Uma outra vantagem consiste na possibilidade de recolha directa de informação, sem necessidade de intermediários, do recurso a inquéritos, etc.

Importa referir que a observação participante deste estudo realizou-se por um longo período de tempo, ao longo do qual o autor desta tese trabalhou na RTV, como jornalista. Durante esse período de quase três anos foi acumulando as funções de repórter, pivot de informação, editor de política e desporto e, finalmente, “coordenador de informação diária”. Nenhum dos intervenientes na produção do “Jornal Regional” estava a par da realização deste estudo. O “Jornal Regional” aqui estudado apresenta algumas diferenças relativamente ao que existia

anteriormente. Aliás, este espaço informativo foi sofrendo grandes alterações ao longo do seu tempo de vida.

Assim, foram gravados os cinco telejornais da semana construída, de segunda-feira a sexta-feira, para se fazer uma análise quantitativa do discurso. Uma opção escolhida pela “vantagem [...] de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares.” (Melo et al. *cit. in* Sousa, 2006) “Desta forma, a colecta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos.”

Assim, esta análise de conteúdo do “Jornal Regional” pretendeu obter resposta para as seguintes questões de investigação:

1. Critérios de noticiabilidade – Quais são os critérios de noticiabilidade mais utilizados para a selecção de notícias no “Jornal Regional” da RTV?
2. Temas – Quais os temas (mais) abordados neste telejornal? E qual a importância dada a cada um desses temas através do número de notícias a eles dedicadas.
3. Alcance geográfico – Quais os locais mais referidos e noticiados no “Jornal Regional”? Tratando-se de uma televisão regional, embora com intenções manifestas de cobrir as várias regiões do país, pretendeu-se verificar até onde vai o alcance geográfico das reportagens do “Jornal Regional” da RTV, e qual o lugar atribuído aos temas nacionais e internacionais neste bloco noticioso.
4. Fontes – Quais as fontes mais citadas e entrevistadas é outra pergunta a que este estudo tentou responder.

4.3 – A RTV

4.3.1 – A redacção

A redacção da RTV é composta maioritariamente por estagiários curriculares ou não remunerados. No período em análise foram cinco os estagiários que fizeram a totalidade das peças que entraram no “Jornal Regional”. Alguns deles ainda sem a licenciatura concluída, outros sem qualquer experiência prévia em jornalismo ou televisão. Foram eles a assegurar o trabalho de agenda, produção e reportagem. Os únicos profissionais intervenientes no telejornal da RTV que tinham contrato de trabalho e remuneração eram a pivot, o repórter de imagem, a editora de imagem, e o realizador. Quanto à faixa etária, todos tinham idades inferiores a 30 anos.

Pese embora a existência de cinco estagiários a tempo inteiro na redacção, a RTV tinha apenas uma equipa disponível para sair em reportagem. Isto porque parte dos recursos humanos da estação era solicitada pelo departamento comercial para fazer publi-reportagens, limitando assim os recursos disponíveis para a informação.

Toda a redacção da RTV trabalhava no mesmo horário, das 9h00 às 18h00. Essa é, aliás, a principal razão que explica o horário do “Jornal Regional”. Passa em directo às 17h30 para que caiba dentro do horário de trabalho da redacção. Nas restantes repetições já não estava ninguém a assegurar qualquer conteúdo informativo. Todos os acontecimentos que ocorressem fora dessa janela temporal, simplesmente não eram acompanhados pela RTV. Quando, em casos excepcionais, era disponibilizada uma equipa de reportagem para trabalhar fora desse horário, a ordem era dada directamente pela direcção de informação e não havia lugar a qualquer compensação remuneratória. Falar em horas extraordinárias ou isenção de horário não faz sentido neste contexto, uma vez que os estagiários não têm qualquer tipo de remuneração ou subsídio.

A Directora de Informação era a única profissional da RTV a ter Carteira de Jornalista. Apesar dessa realidade, o canal continua a identificar a pivot do “Jornal Regional” e todos os estagiários como jornalistas. Tal como faz, aliás, com as restantes apresentadoras dos outros programas da estação.

4.3.2 – Estrutura Funcional

A estrutura funcional da RTV é simples. O director geral, Paulo Pereira, é o maior accionista da empresa que detém a estação (NextTV). Fátima Torres acumula o cargo de direcção de informação com o de direcção de produção. Desde que a direcção geral foi assumida por Paulo Pereira, a aposta na informação foi-se tornando progressivamente residual. A «direcção de produção» equivale ao cargo do director de programas numa televisão. A RTV teve um funcionário numa outra função intermédia na informação do canal: o “coordenador de informação diária” – cargo esse que foi assumido pelo autor desta tese, entretanto extinto. Por outras palavras, deixou de existir entre a redacção e a direcção de informação qualquer tipo de chefia intermédia. A responsabilidade do alinhamento, assim como das opções editoriais acaba por recair na pivot do jornal.

A coordenação técnica da RTV é assegurada pelo mesmo funcionário que realiza e mistura o “Jornal Regional”. É ainda da sua responsabilidade a emissão de continuidade do canal, assim como a distribuição do equipamento e a calendarização dos estúdios.

No período analisado a RTV fazia referência a duas delegações do canal no site oficial da estação¹⁷ – Lisboa e Viseu. No entanto, a produção de conteúdos por parte da delegação de Viseu não foi detectada. Quanto a Lisboa, há apenas a registar uma notícia ao longo de toda a semana construída.

Da estrutura da RTV fazem ainda parte o departamento comercial (responsável pela publi-reportagens e pelos designados «programas comerciais»), o departamento financeiro e o departamento de produções Nextv (dedicado a programas de entretenimento).

4.3.3 – Fluxos de Informação

Para caracterizarmos as fontes de informação da RTV, utilizámos uma classificação possível, neste caso definida por Manuel Pinto (1999, p. 279), de acordo com vários parâmetros:

1. Segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. Segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;

¹⁷ <http://www.rtv.com.pt>

3. Segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
4. Segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
5. Segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/secundárias;
6. Segundo a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes)
7. Segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;
8. Segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas.

Seguindo esta caracterização podemos afirmar que a fonte tipo da RTV é documental, pública, permanente, local, primária, activa, assumida e pró-activa. Ou seja, a grande maioria das notícias parte de comunicados de imprensa e outras informações que chegam à redacção por e-mail. A maior parte desses comunicados chega através de fontes públicas, como as Câmaras Municipais, de forma regular e continuada. Dado o âmbito geográfico do canal, as fontes são maioritariamente locais. Quanto ao grau de envolvimento nos factos, as fontes da RTV são maioritariamente primárias, isto é, estão directamente envolvidas nos factos noticiados. Duas características particularmente relevantes das fontes são a sua atitude face ao jornalista e a sua identificação. No caso da RTV estas são activas e assumidas. Quer isto dizer que as informações chegam à redacção mais por iniciativa das fontes do que por procura por parte dos repórteres, e também que não há registo de qualquer fonte anónima utilizada pelos profissionais da RTV.

Em concreto, a grande maioria das notícias parte de comunicados de imprensa e de outras informações que chegam à redacção por e-mail enviadas maioritariamente por assessores de imprensa, assessores de comunicação de partidos, empresas ou associações. O recurso ao telefone por parte destas fontes para confirmar a presença nos eventos, por exemplo, é também habitual.

Outras notícias, nomeadamente as breves lidas durante os noticiários, são obtidas quase exclusivamente através da consulta de órgãos de comunicação online. A RTV não tem, por exemplo, qualquer tipo de serviço contratualizado com a Lusa, pelo que a procura é feita online, com os mesmos recursos de qualquer utilizador particular. Dada a pouca experiência dos repórteres da RTV, no período analisado, o acesso a fontes privilegiadas não se verificou.

Os acontecimentos de última hora raramente são noticiados, e praticamente nunca são sabidos directamente, mas sim através de outros órgãos de comunicação social.

Os meios à disposição da redacção são extremamente escassos. Os computadores têm ligação à Internet, mas muitas das máquinas estão obsoletas. A equipa que sai em reportagem tem à sua disposição um telemóvel, que servia para contactar gratuitamente a redacção, mas raramente era utilizado.

4.4 – Aspectos da análise formal do “Jornal Regional”

O dispositivo visual do “Jornal Regional” é o mais simples possível num noticiário televisivo. É utilizado apenas um mesmo plano fixo da pivot. Nunca, ao longo do período analisado, se recorreu a qualquer entrevistado em directo no jornal. Aliás, as características técnicas do cenário tão pouco o permitem.

a) Fórmulas de abertura e fecho

O “Jornal Regional” abre sempre com uma breve saudação da pivot imediatamente encadeada com a notícia de abertura. Dada a curta duração do noticiário não há lugar nem a destaques de abertura nem a “promos” intermédias do que ainda poderá ser visto ao longo do jornal. A fórmula de fecho foi sempre textualmente igual em todas as gravações efectuadas:

“Por agora é tudo, a informação está de regresso mais logo, aqui e sempre em *www.rtv.com.pt*. Boa noite, até amanhã.”

A transição entre peças é feita através da leitura do texto pivot da notícia seguinte. Nunca registámos qualquer nota de rodapé nem comentário opinativo por parte da pivot. Em duas das cinco edições analisadas neste trabalho, fez-se a “passagem” para um pivot de desporto. Essa transição, fruto das debilidades técnicas, acabou por não acontecer da melhor forma. Embora aparentemente estejam no mesmo espaço, e dando a sensação que estão lado a lado, os pivots não comunicam entre si, com o lançamento a ser feito pela pivot principal para o seu colega do desporto, de frente para a câmara e sem que este responda. Isto porque, na realidade, o pivot de desporto não está lá naquele momento, já que a sua intervenção foi gravada anteriormente, editada e colocada no ar no momento da transmissão do jornal. Esse é

um dos motivos para que o referido apontamento desportivo relativo ao fim-de-semana seja apenas transmitido à terça-feira e não à segunda. O estúdio da RTV também tinha apenas uma câmara com teleponto, em posição fixa e sem ninguém a operá-la, o que inviabiliza qualquer movimento de câmara ou uso partilhado desse teleponto por mais do que um pivot.

Durante o período em análise, o teleponto não foi operado directamente pela pivot, mas sim por outro funcionário (excepção feita ao apontamento sobre desporto).

b) Cenários

Ao longo do período em análise, o “Jornal Regional” da RTV teve dois cenários diferentes, ambos virtuais: uma redacção (imagem 1) e uma fotografia de uma paisagem ribeirinha (imagem 2). A inserção destas imagens foi feita com o recurso a “chroma key”, ou seja, a utilização de um fundo de uma só cor, neste caso o verde, para que digitalmente seja inserida uma imagem ou gráfico animado como fundo.



Imagem 1: Pivot com cenário de redacção virtual



Imagem 2: Fotografia de “paisagem ribeirinha”

A maioria dos estúdios onde é utilizada esta tecnologia são totalmente verdes, desde o chão às paredes, para permitir o recurso a várias câmaras e vários planos. Não é o caso do estúdio da RTV onde o fundo é constituído apenas por uma pequena tela verde colocada por detrás do pivot. Esta limitação obriga ao plano fixo e ao recurso a apenas uma câmara. Os dois fundos usados vinham “por defeito” no software da mesa de mistura – o “Tricaster” – pese embora esta tecnologia permitir incluir a imagem ou vídeo que se pretenda em fundo.

c) Genérico, separadores e oráculos

O genérico do “Jornal Regional” foi criado por um dos editores de imagem da RTV. Do ponto de vista técnico o processo foi relativamente simples. O recurso a motivos visuais como o microfone e o globo a girar, e a um tipo de “jingle” habitual em espaços informativos, a que acresce a utilização das cores da RTV, remetem o telespectador para um conteúdo informativo e para o canal.



Imagens 3, 4, 5: “frames” do genérico do “Jornal Regional”

São utilizados três separadores no “Jornal Regional”: “Notícias Nacionais”, “Notícias Regionais” e “Página de Desporto”. Estes respeitam o “layout” do genérico conseguindo assim a harmonização gráfica desejada. Note-se, no entanto, que o facto de ter sido utilizada uma “sample” predefinida como base gráfica mostra-nos o mapa da América do Norte no momento em que deveríamos estar a ser remetidos para um contexto nacional e regional.



Imagens 6, 7, 8: Separadores do “Jornal Regional”

Os oráculos (imagens 1 e 2) respeitam a restante imagem gráfica do jornal, com um tipo de letra simples (arial) e de boa leitura. A base onde são inseridos os caracteres é a mesma, sejam estes o nome da pivot, dos autores das peças, os títulos e sub-títulos destas, assim como os nomes e funções das pessoas entrevistadas. O título e o subtítulo estão sempre presentes ao longo da emissão da peça (excepção feita aos momentos em que surgem os nomes dos

entrevistados) e de forma fixa. Isto é, o subtítulo não é alterado, ao contrário do que acontece em muitos telejornais.

e) Ligação entre textos e imagens

Os já referidos blocos de “Notícias Nacionais” e “Notícias Regionais” são “breves” lidas pela pivot, ilustradas por imagens que não remetem para uma contextualização directa, até porque não há equipas que possam assegurar a cobertura desses acontecimentos. A título de exemplo transcrevemos o texto lido numa das “Notícias Nacionais” aleatoriamente seleccionada:

“Francisco Assis garante que o PS não tenciona viabilizar nenhuma medida para reduzir o número de deputados na Assembleia da República. Segundo o líder parlamentar a proposta de Jorge Lacão foi feita a título pessoal e nada tem a ver com o Governo. CDS-PP, Bloco de Esquerda, PCP e Verdes contestam também esta possibilidade por considerar um risco para a representatividade. Jorge Lacão não respondeu ainda às críticas mas publicou, no entanto, hoje, um artigo no Diário Económico sobre a reforma do sistema político.”

Enquanto o telespectador ouviu este texto lido pela pivot, nenhuma das pessoas nomeadas na notícia foi mostrada; numa notícia sobre o Partido Socialista só foram mostradas personalidades ligadas ao PSD, designadamente Paulo Rangel, deputado europeu do PSD, e vários dirigentes concelhios do PSD Matosinhos. Não sendo o “Jornal Regional” um noticiário político, e não tendo esta notícia surgido no seguimento de qualquer outra que a contextualize, não houve, por exemplo, a preocupação em referir que Jorge Lacão era então Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Porém, a inadequação entre texto e imagens está também presente nas “Notícias Regionais”. Na mesma semana construída visionámos duas sequências de imagens exactamente iguais em duas notícias diferentes, as quais tinham em comum o tema “saúde”. Refira-se que as imagens remetiam-nos para um hospital no Porto, quando as duas notícias diziam respeito a locais tão diferentes como Mirandela e Lisboa. A exacta correspondência entre o ocorrido e o mostrado nunca se verificou nem nas “Notícias Nacionais” nem nas “Notícias Regionais”.

No apontamento sobre desporto, dada a ausência de imagens televisivas, são utilizadas fotos – um recurso apenas aceitável em televisão em casos excepcionais.

A opção tomada pela RTV de noticiar acontecimentos que não tem manifestamente possibilidade de acompanhar leva às situações referidas. Se a isso adicionarmos o facto de o arquivo de imagens do canal ser extremamente limitado e pouco organizado, percebe-se o resultado. O arquivo de imagens da RTV é feito em disco rígido até ser atingido um limite de espaço a partir do qual começam a ser apagados registos mais antigos.

As cassetes utilizadas nas câmaras de reportagem são as comuns “mini DV” e não as profissionais “DV CAM” ou “Mini DVCAM”, o que dificulta a digitalização das imagens. Esta é também uma das explicações para a pobre qualidade de imagem do canal, embora a principal razão apontada seja a compressão de sinal.

f) Comportamento dos pivots e repórteres, domínio da linguagem televisiva

Uma das qualidades mais importantes de um pivot e de um jornalista de televisão é a capacidade de contar histórias, e não de «ler textos», como já referimos. Na RTV este é um problema notório, já que a grande maioria das peças e dos pivots são lidos de forma pouco natural e por profissionais com vozes pouco adequadas para televisão. Grande parte da credibilidade, da coerência e da segurança transmitidas por um jornalista passam pelo tom e pela colocação da voz. Aspectos pouco tidos em conta na selecção dos profissionais da estação.

O estúdio da RTV dispõe de um teleponto, o que facilita o contacto visual. No entanto, seria de evitar por parte dos pivots o olhar demasiado vítreo denotando uma vez mais que estão “apenas” a ler um texto. Foi o que notámos no período observado.

No “Jornal Regional” utiliza-se apenas um plano fixo e fechado, como já referimos, com a pivot sentada e sem que as mãos estejam visíveis. Ao longo das gravações visionadas a pivot não esboça qualquer gesto. Seria preferível ter um plano um pouco mais aberto para que fossem visíveis as folhas, as mãos da pivot e a mesa, o que permitiria uma maior expressividade.

Já o vestuário utilizado pela pivot parece-nos ser o mais adequado. Sóbrio e discreto, correspondendo à imagem transmitida pela própria pivot, resultando bem em termos de imagem.

Os repórteres da RTV nunca apareceram em “vivos” nas peças do “Jornal Regional”. A excepção foi uma peça feita em Cascais, num registo mais apropriado para um programa de entretenimento do que propriamente para um telejornal, como se percebe pela transcrição daquilo que foi dito pela repórter na abertura da peça:

"Jam Session é uma associação que nasce da agremiação voluntária e de várias figuras do Jazz Nacional. Está sediada aqui em Cascais, e hoje à noite vai acontecer aqui um evento, aqui neste bar, com Maria Viana. E nós vamos saber o que é que se está a passar."

Esta introdução foi o único texto dito pela repórter ao longo de toda a peça, ou seja, não teve qualquer locução em off.

As peças do “Jornal Regional” durante o período analisado tiveram quase 3 minutos de duração média. Mais concretamente, se excluirmos a duração dos off’s, ficamos com 2 minutos e 59 segundos de média. Foram contabilizadas peças com mais de 4 minutos. Em telejornais, as peças têm uma duração média de 1 minuto e meio a dois minutos. Só em casos particulares é que este tempo é ultrapassado, sempre que o assunto ou a quantidade de informação relevante o justifiquem. Nas peças analisadas, verificámos que a duração se deveu em grande parte à utilização de “vivos” dos entrevistados excessivamente longos. Algo que contraria a evolução natural do jornalismo, que tendeu ao longo das últimas décadas para “vivos” ou citações cada vez mais curtas, deixando mais espaço para a análise e explicação por parte do jornalista. (Pinto, 1997)

Por limitações técnicas, humanas e logísticas o “Jornal Regional” nunca teve, no período em análise, qualquer ligação em directo ao exterior. Não contabilizámos qualquer notícia de última hora ou apontamento fora do alinhamento previsto.

Tal como já referimos, a realização, mistura de imagem e som do “Jornal Regional” eram asseguradas pelo mesmo funcionário. No caso, o coordenador técnico da RTV. Com apenas um funcionário a assegurar todas essas funções, e com o “Jornal Regional” dependente de um software pouco estável, detectámos uma edição abortada por falhas técnicas. No dia 3 de Fevereiro, o “Jornal Regional” das 17:30 horas bloqueou num separador e a emissão ficou

largos minutos parada. Essa edição do jornal foi posteriormente gravada e transmitida apenas no horário seguinte, ou seja, às 19:30 horas.

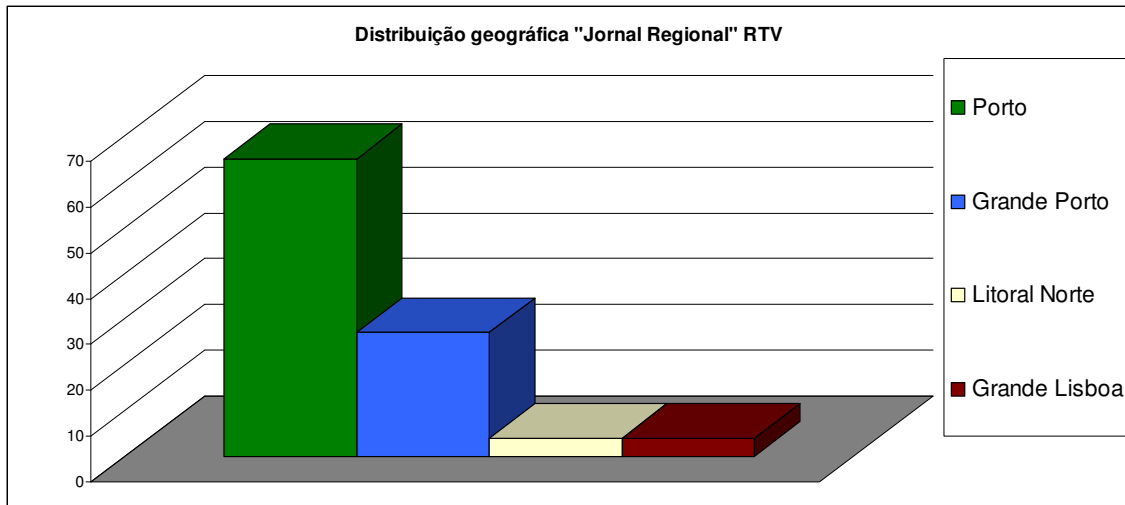
4.5 – Análise de conteúdo

Ao longo da semana construída foram contabilizadas um total de 26 peças, off's incluídos, no Jornal Regional da RTV. O que representa uma média simples de 5 peças por edição. Com uma duração média de 2 minutos e 40 segundos por peça, ficamos com 14 minutos de duração média de peças por edição do “Jornal Regional”. Sendo a duração média do telejornal da RTV 25 minutos, os restantes 11 são preenchidos com a apresentação das notícias (pivots), blocos de breves e previsão do estado do tempo. Os blocos de breves receberam os nomes de “notícias nacionais” e “notícias regionais”, e foram lidas directamente pela pivot, com os textos a serem retirados, e minimamente alterados, de jornais online.

No caso das “notícias regionais”, a presença de marcas típicas do jornalismo local (impresso) mantém-se. Uma característica que, aliada à pobre contextualização das imagens de arquivo aí utilizadas, atribui ao “Jornal Regional” um aspecto de jornal (impresso) falado. Uma característica que nos remete para as origens do telejornalismo, quando os primeiros telejornais eram preenchidos com a leitura de notícias de imprensa pelos pivots, ainda sem imagens de substituição a “pintar” as peças.

4.5.1 – Distribuição Geográfica

A nossa análise recaiu sobre as peças jornalísticas construídas de raiz pelos repórteres da RTV (estão excluídos os blocos de breves). Começámos por analisar a cobertura geográfica do “Jornal Regional”.

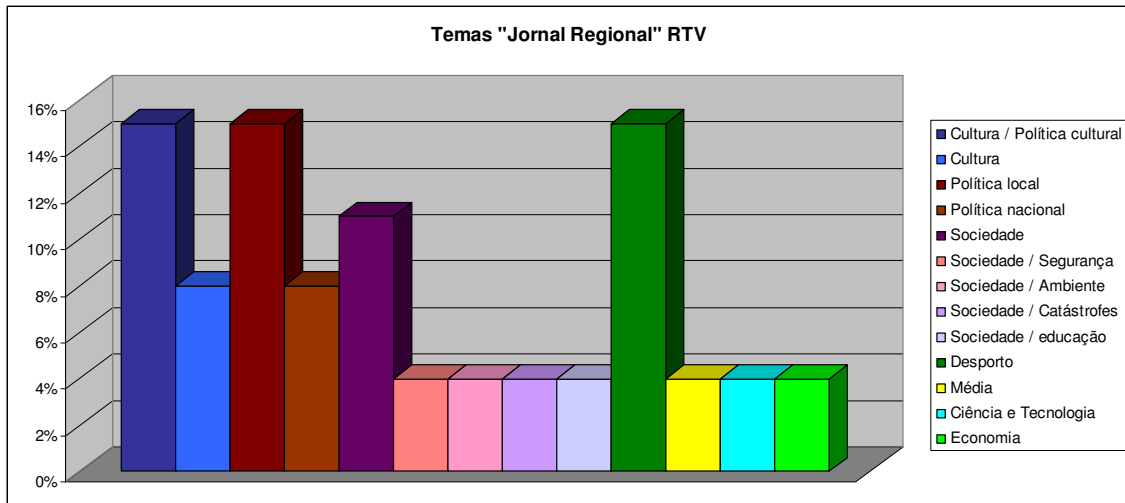


Como já referimos na caracterização da RTV, a redacção do canal funciona a partir do Porto. As delegações de Viseu e Lisboa não têm um funcionamento regular, e embora sejam referidas nos canais oficiais da estação, os resultados comprovam a sua quase nula produção informativa. Assim, foi na cidade do Porto que ocorreram 65% dos acontecimentos noticiados nas peças do “Jornal Regional”. Esta percentagem sobe para 92% se incluirmos os concelhos vizinhos de Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde ou Póvoa de Varzim, que fazem parte do Grande Porto. O Litoral Norte ficou com 4%, igual percentagem à obtida pela Grande Lisboa. Aliás, foi essa peça, ocorrida em Cascais, a única a não ser assegurada pela redacção da RTV no Porto. Essa reportagem foi claramente diferente das restantes do “Jornal Regional”, com uma apresentação em diferido num registo mais próximo do entretenimento.

Esta distribuição geográfica confirma o “Jornal Regional” da RTV como um telejornal do Porto, onde as restantes regiões ou não estão representadas ou apenas o estão em valores residuais. Em causa fica o slogan da RTV, “Portugal por inteiro”, que se confirmava perfeitamente desajustado da realidade e dos recursos do canal.

4.5.2 – Os Temas do “Jornal Regional”

Quanto à distribuição temática do “Jornal Regional”, Sociedade, Política, Cultura e Desporto destacam-se, cada um com especificidades próprias.



Desde logo porque, dentro do tema Cultura, sobressai a Política Cultural, nomeadamente política cultural autárquica, com 15%. O novo encerramento do Cinema Batalha, o fim do mercado do Bom Sucesso, a gestão do Rivoli, novamente entregue à Câmara do Porto, ou o estado de degradação do Mosteiro de Santa Clara, em Vila do Conde, são exemplos de peças que se encaixam neste “sub-tema” de Política Cultural. As fontes entrevistadas ajudam também a clarificar tematicamente estas notícias, já que não são os agentes culturais ou personalidades ligadas à cultura que aparecem nessas peças, mas sobretudo autarcas.

No que toca à Cultura propriamente dita, só temos a presença de uma peça sobre música (jazz) e outra sobre uma exposição de um artista plástico. O Cinema, o Teatro ou a Dança, por exemplo, não estão presentes, apesar da percentagem elevada (23%) do tema Cultura no “Jornal Regional”.

Na Sociedade, como é habitual, cabem muitos temas que não se enquadram em qualquer um dos outros. É o que acontece com “sub-temas” como Segurança, Ambiente, Educação ou Catástrofes. Dada a abrangência do tema, o jornalista da editoria de sociedade é, por norma, alguém preparado para tratar qualquer assunto. Embora na redação da RTV essa divisão por editorias não exista, este não deixa de ser o tema mais presente no “Jornal Regional”, com 27% no total. Tal como acontece na Cultura, com a predominância de política cultural autárquica, também no Ambiente e na Educação as fontes mais recorrentes são autarcas. No caso da Educação com o Presidente da Câmara de Santo Tirso, e no caso do Ambiente com a Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, em Vila Nova de Gaia.

A Política está também largamente representada (23%), com a política local a destacar-se claramente relativamente à política nacional. Ainda a este respeito diga-se que as duas notícias contabilizadas de política nacional se passaram no Porto. Uma em pleno período de campanha para as eleições Presidenciais, com a cobertura de um comício do candidato Fernando Nobre. A outra, aproveitando a presença de Manuela Ferreira Leite no balanço dos 9 anos de mandato de Rui Rio à frente da Câmara Municipal do Porto, onde a ex-líder do Partido Social Democrata fez várias críticas ao Governo de então, liderado por José Sócrates.

À semelhança do que acontece com a imprensa local e regional, foi o facto de essas personalidades estarem de passagem pelo Porto que justificou a inclusão destas notícias. A notoriedade das pessoas envolvidas sobrepôs-se a qualquer outro critério de noticiabilidade.

Ainda duas notas a propósito das notícias de Política da RTV aqui analisadas: a primeira tem que ver com o facto de nem sempre ter sido apresentado o contraditório quando este era exigido; a segunda tem que ver com o valor noticioso de determinadas ocorrências. Como exemplo para o primeiro caso podemos referir um off em que são citadas fontes da oposição ao executivo camarário de Matosinhos, sem que o Presidente da Câmara ou qualquer representante tenham sido ouvidos. Como exemplo mais paradigmático para o segundo caso, referimos uma reportagem intitulada “Reunião CM Porto – Propostas da CDU foram analisadas”. Nesta peça não há efectivamente notícia, tratou-se de uma reunião ordinária do executivo camarário, onde terão sido apresentadas propostas dos vários partidos ali representados, as quais seriam posteriormente analisadas. Na peça apenas foram referidas as da CDU, isto porque um dirigente do partido esteve presente num programa da RTV, facto que foi aproveitado para o entrevistar na própria redacção. Mas nenhuma equipa de reportagem marcou presença na referida reunião, e as imagens que “pintam” a peça são de arquivo. Os 3 minutos e 42 segundos da peça terão cumprido o propósito de preencher tempo no “Jornal Regional”, mas não acrescentaram qualquer informação relevante.

O desporto está também bastante representado no “Jornal Regional” (15%), com direito até a pivot próprio. Já os restantes temas contabilizados surgem apenas uma vez cada ao longo desta semana construída. Falamos de Média, Ciência e Tecnologia e Economia. Também nestes casos as peças são bastante genéricas e não abordaram estes temas em profundidade. No caso de Média, tratou-se de um debate, “A Comunicação Social no Norte em debate”,

promovido por um movimento favorável à criação de um partido do norte a favor da regionalização. Esse movimento era co-liderado pelo administrador e Director Geral da RTV que foi um dos meios de comunicação social convidados. A Directora de Informação, Fátima Torres, foi uma das pessoas entrevistadas. No caso de Ciência e Tecnologia, a peça noticiava o lançamento do novo portal da Câmara Municipal do Porto, e a única fonte entrevistada é o Vereador do Turismo, Inovação e Lazer, Vladimiro Feliz. Mais uma vez, e tal como na Cultura, também aqui é notório o peso da presença do poder local no “Jornal Regional”.

Ainda no que toca à distribuição temática, analisámos as aberturas do telejornal da RTV. Das cinco edições semanais, duas abriram com Política Cultural, uma com Política Nacional, uma com Ambiente e outra com Catástrofes. Política e Catástrofes são temas recorrentes nas aberturas de todos os telejornais, um mais pela relevância, o outro mais pela magnitude ou espectacularidade. Já a Política Cultural e de Ambiente (com uma abordagem ao poder local) serão temas de abertura mais inesperados em qualquer telejornal.

4.5.3 – As Fontes do “Jornal Regional”

Uma característica das peças do “Jornal Regional” é o baixo número de fontes citadas e ouvidas. Em média cada peça tem apenas 1,3 entrevistados, ou seja, só muito raramente é que mais do que uma pessoa é ouvida. Em 27% das peças não há mesmo qualquer entrevistado, daí a designação de off, ou seja, peça sem “vivos”, apenas com leitura de texto pelo repórter. Nos telejornais a maioria dos off’s são lidos pelos pivots, o que não acontece na RTV.

Contabilizados todos os vivos (registos gravados de declarações dos entrevistados), verificámos que foram entrevistadas 31 pessoas, 15 das quais se podem enquadrar na típica entrevista de rua (*vox pop*). Das restantes 16, com maior notoriedade, relevância e com funções a justificar a sua presença na reportagem, contabilizámos 7 autarcas (44%), dos quais 3 eram Presidentes de Câmara, nomeadamente do Porto (Rui Rio), Vila do Conde (Mário de Almeida) e Santo Tirso (Castro Fernandes). Registámos ainda 3 políticos (19%) com outras funções. É o caso de Fernando Nobre (na altura candidato à Presidência da República), Manuela Ferreira Leite (Deputada e ex-Presidente do PSD), Pedro Baptista (ex-Deputado pelo PS e então membro do Movimento Pró-Partido do Norte).

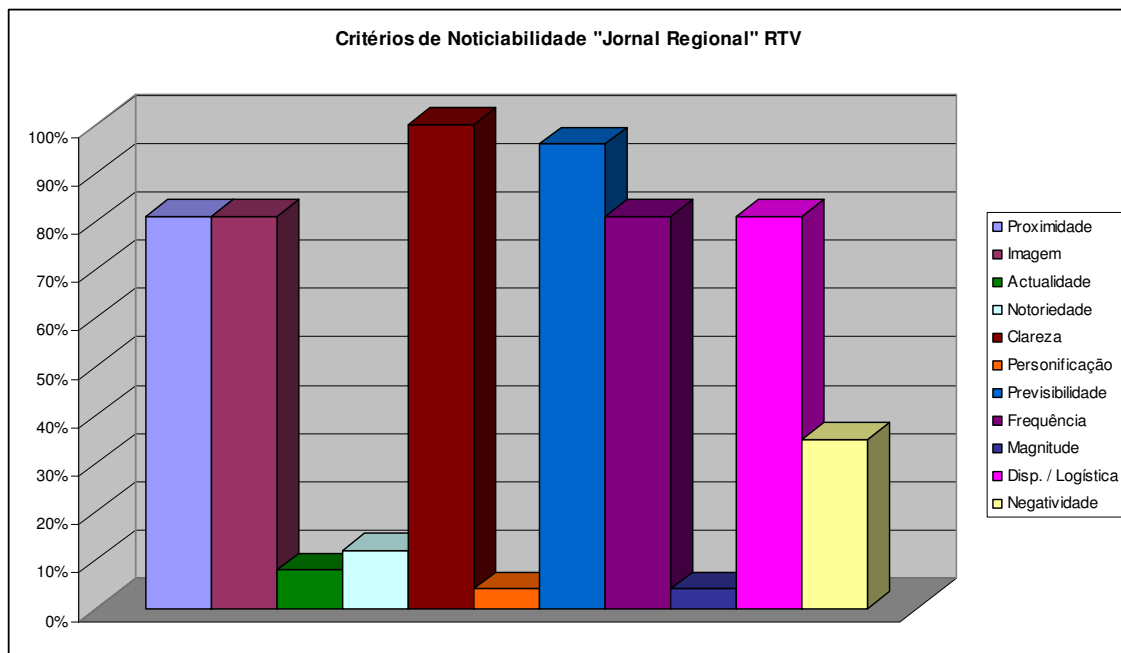
Depois da política, com a registada elevada presença de autarcas, foi o futebol a ter mais representantes nos vivos das peças do “Jornal Regional”. Dois treinadores (André Villas-Boas e Mozer, na altura treinadores de FC Porto e Naval 1º Maio respectivamente) e um Presidente de clube (Álvaro Braga Júnior, Presidente do Boavista).

Registámos ainda a presença de 2 presidentes de associações. Nuno Camilo, presidente da Associação de Comerciantes do Porto, e António Fonseca, Presidente da Associação de Bares e Discotecas da Zona Histórica do Porto. Este último tem-se revelado, de resto, como uma das fontes mais contactadas pela RTV desde a sua abertura.

Por último contabilizámos ainda a presença de duas jornalistas, neste caso as directoras de informação da RTV e do Porto Canal.

4.5.4 – Os Critérios de Noticiabilidade do “Jornal Regional”

De entre os critérios de noticiabilidade que considerámos mais adequados a uma televisão regional, vemos que há grandes discrepâncias percentuais no que toca à sua presença nas notícias do “Jornal Regional” da RTV.



Certos critérios de noticiabilidade terão de estar presentes na quase totalidade das notícias, caso contrário estas nem o chegariam o ser. Em televisão é o que acontece com o critério da Imagem e também Logística ou disponibilidade de meios. Analisando os resultados contabilizados vemos que isso se confirma na RTV, com a presença destes critérios a atingir os 81%. Ficam de fora as notícias de que resultaram off's, já que essas não necessitaram da saída da equipa em reportagem e foram totalmente preenchidas com imagens de arquivo.

Mas o critério de noticiabilidade que se destaca claramente no “Jornal Regional” é o da Clareza (100%). As notícias mais complexas e de difícil análise e contextualização não registaram qualquer presença no período em análise. Este é um critério cuja presença baixa consideravelmente em noticiários mais analíticos, com a presença de comentadores especializados, o que não se verifica na RTV.

O valor registado pelo critério da Proximidade (81%) parece confirmar o tipo de jornalismo que se faz na RTV. Com a redacção a funcionar a partir do Porto, é notório a partir dos temas escolhidos, da abordagem feita às notícias, e do local onde elas ocorrem predominantemente que a informação da RTV está “comprometida com a sua região e com as suas gentes”. (Carlos Camponez, 2002, p.273)

As peças de âmbito nacional apenas surgiram porque determinadas personalidades estavam de passagem pelo Porto. A existência de uma notícia referente a Cascais no total das peças contabilizadas acaba por ser a excepção que não surge devidamente justificada. Tendo por base os critérios jornalísticos e analisando os conteúdos do “Jornal Regional” não é compreensível porque é que, naquele dia, um concerto de jazz em Cascais foi notícia, enquanto que mais nenhum assunto ocorrido fora do Grande Porto e Litoral Norte o foi.

A Previsibilidade é o segundo critério de noticiabilidade mais presente nas notícias da RTV (96%). Numa televisão com poucos meios e com um telejornal diário dependente da única equipa que sai em reportagem, este valor parece surgir naturalmente. Há apenas uma notícia em que foi notória a sua imprevisibilidade (Porto – Chamas destroem prédios devolutos), com a cobertura a ser feita por uma segunda equipa de recurso. De resto, a quase totalidade das notícias partiu de comunicados de imprensa.

O último critério de noticiabilidade largamente representado no “Jornal Regional” é o da Frequência, com 81%. Um critério particularmente relevante para televisão, uma vez que os acontecimentos de curta duração são privilegiados relativamente aos outros. Algo que se verificou também na RTV.

A Negatividade tem uma representatividade relativamente baixa nas notícias do “Jornal Regional” (35%). Se por um lado o carácter de denúncia e crítica está pouco presente no telejornal da RTV, também é verdade que notícias mais espectaculares e sensacionalistas não entraram, no período em análise, no alinhamento.

Todos os restantes critérios apresentam valores muito baixos. É o caso da Notoriedade, com apenas 12%, justificada pela baixa presença de entrevistados com cargos importantes. A este respeito diga-se ainda que nos casos em que registámos a presença de “vivos” dessas pessoas com elevada notoriedade, esses foram sempre captados a partir de discursos públicos, e nunca verdadeiramente entrevistados na primeira pessoa.

Magnitude e Personificação são também critérios de noticiabilidade residualmente presentes no “Jornal Regional”, com apenas 4%. Atendendo às características da informação da RTV, marcadamente local, é compreensível que notícias de grande magnitude ou intensidade raramente entrem no seu telejornal. Já o baixo valor da Personificação é menos explicável, uma vez que num telejornal com marca vincadas de jornalismo de proximidade, onde a Sociedade é um dos temas mais abordados, seria de esperar que este critério estivesse mais presente. Até porque, para além de critério, é também uma estratégia para agarrar os telespectadores (Nélson Traquina, 2002, p.199) até porque “as pessoas interessam-se por outras pessoas”. No entanto, essa possibilidade de identificação que é tão cara ao jornalismo de proximidade, está praticamente arredada do “Jornal Regional”, no período analisado.

Por último, a Actualidade esteve apenas presente em 8% das notícias do “Jornal Regional”. Apesar de se tratar de um telejornal diário, com a sua primeira emissão a ser transmitida em directo, a grande maioria das notícias não eram, de facto, actuais. Como exemplo, podemos referir que as notícias mais actuais do noticiário de segunda-feira ocorreram na sexta-feira anterior. Uma consequência da RTV não ter, no período em análise, a redacção a trabalhar ao fim-de-semana. Mas nos restantes dias acontece algo de semelhante, ou seja, os acontecimentos foram quase sempre noticiados com um atraso de pelo menos 24 horas,

relativamente a outros órgãos de comunicação. Este resultado parece ser também a consequência de se ter apenas uma equipa a sair em reportagem, e com repórteres estagiários em fase de aprendizagem. A RTV acabou por ter uma estratégia para tentar “fugir” a este atraso, nomeadamente com a introdução de muitas notícias de carácter intemporal, onde o critério da Actualidade não se aplica.

Conclusão

Este trabalho pretendeu contribuir para o estudo do jornalismo de proximidade no contexto particular das televisões regionais, ainda tão pouco analisadas no nosso país. Esse desinteresse parece dever-se a características típicas do “jornalismo pré-industrial” (Correia, 1998), muito presentes na maioria dos órgãos de comunicação social regional. A RTV não escapa a este estigma e são notórias as marcas desse jornalismo pré-industrial na estação, como demonstrámos ao longo deste trabalho.

Todos os autores consultados que se debruçaram sobre as televisões regionais atestam a importância destas, seja do ponto de vista informativo, cultural ou político. Nas televisões regionais depositou-se muita esperança da diluição do fosso entre o topo e a base, a elite e a massa (Coelho, 2005 p.227), mas essa esperança parece ter-se perdido nas tentativas apaixonadas das televisões pirata dos anos 80.

A realidade mostra-nos que a RTV tem à sua disposição um canal nas grelhas de dois dos maiores distribuidores de sinal por cabo portugueses. Algo que foi desejado por muitos entusiastas das televisões regionais, mas raramente conseguido. Muitos projectos vão aparecendo a nível local, mas num outro meio, bem mais livre que é a Internet. Apesar de todas as dificuldades constantemente referidas pela administração da RTV, o canal continua a funcionar, mesmo não tendo grande encaixe financeiro vindo da publicidade, quase inexistente na sua grelha. Assim, a RTV surge como um canal que aparenta ter possibilidades técnicas e financeiras para ser uma televisão regional bem sucedida, mas que acaba por se transformar numa oportunidade incompreensivelmente perdida.

A RTV é, de facto, um meio de proximidade. Tem a sua sede e a redacção a funcionar a partir do Porto e é aí que concentra a sua actividade. No entanto, apresenta-se como sendo a estação que mostra “Portugal por Inteiro”, um slogan que não se ajusta à realidade. Seria de esperar que, com tão poucos meios, um canal regional tentasse assumir as suas limitações geográficas e centrasse a sua atenção no espaço que lhe é próximo, física e culturalmente. Mas apesar de ser isso que acontece na prática, a RTV mostra que o seu objectivo é ser algo que não consegue atingir.

A nível local a RTV tem um concorrente directo, o Porto Canal, com muito mais meios e que atravessa uma fase de reorganização que passa, para já, pela cedência de espaço da sua grelha à responsabilidade do Futebol do Clube do Porto. A RTV não tem esse tipo de constrangimento nem outros, como a dependência de financiamentos autárquicos. No entanto, essa independência rara (e invejada) nos meios de proximidade não é aproveitada para fazer um jornalismo livre, rigoroso e atento. A análise feita no estudo de caso aos noticiários da RTV mostra-nos que estes são praticamente réplicas da imprensa local transpostas para televisão.

Quando a RTV noticia um acontecimento este já passou anteriormente noutros órgãos de comunicação. A falta de actualidade é uma constatação óbvia na análise dos critérios de noticiabilidade presentes no “Jornal Regional” da estação. Não conseguindo acompanhar o ritmo da concorrência, o canal não opta por fazer uma abordagem diferente às notícias, que justificasse e legitimasse o seu carácter regional. As pessoas estão pouco representadas nas notícias da RTV, com as fontes mais habituais a serem as recorrentes na imprensa regional (sobretudo autarcas). Apesar de ter uma percentagem elevada de notícias dentro do tema “Sociedade”, o número e o tipo de fontes ouvidas não o indiciam. Outro dado importante mostra-nos que o critério da “Personalização” está praticamente ausente, quando este seria essencial para a identificação do público com as notícias do canal, até do ponto de vista estratégico para a captação de audiências.

O aparente desinteresse da administração pelo canal manifestou-se, por exemplo, através da inexistência de qualquer publicidade à RTV noutros meios. No entanto, um programa semanal de entretenimento que durou cerca de 4 meses, o “Passeio da Fama”, apresentado por Marisa Cruz, foi largamente publicitado em outdoors e promovido com a realização de vários eventos e até com uma parceria com uma marca de automóveis de luxo. Esse programa era anunciado como passando no canal 88 da ZON, mas não fazendo qualquer referência ao nome do canal.

A RTV foi descapitalizando progressivamente os seus recursos humanos. Ao longo da observação participante efectuada foram vários os funcionários que foram saindo sem que fossem substituídos por outros. Com cada vez menos funcionários, a estação foi tentando dar a aparência de manter igual volume de produção de conteúdos. Progressivamente a opção de ter alguns estagiários curriculares na redacção foi evoluindo para que o número destes se

tenha tornado superior ao dos funcionários. A maioria desses estagiários que chegam à RTV nunca fez uma peça televisiva antes.

Pedro Coelho, no seu estudo “A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público” (2005, p.231), já tinha detectado o défice de rentabilidade social existente nos vários modelos de TV de proximidade por si analisados a nível europeu. Uns por elegerem a rentabilidade económica como prioridade, inviabilizando assim a sua função social; outros por optarem pela emissão de conteúdos idênticos aos das televisões generalistas; e outros ainda por se assumirem apenas como porta-vozes de interesses particulares. Do que observámos e analisámos neste trabalho, a sensação com que ficamos é a de que a existência do Jornal Regional da RTV apenas se deverá à necessidade de manutenção do alvará concedido pela ERC.

Num contexto particularmente difícil para todos os órgãos de comunicação social, são os mais frágeis a ressentirem-se em primeiro lugar, como é natural. O jornalismo está cada vez mais concentrado nos maiores grupos de comunicação, não sobrando grande margem de manobra para os restantes. Neste cenário, o futuro não se apresenta risonho para as televisões regionais. Muito menos quando a sua estratégia não passa pela qualidade e adequação à sua dimensão, mas sim, tal como acontece em muitos órgãos locais, pela cedência a interesses particulares.

Neste quadro, e atendendo às características das estações de televisão portuguesas, com o particular realce para a televisão regional aqui analisada, temos de lembrar a citação de Eric Macé com que abrimos este trabalho: “não é o público que se parece com a televisão, mas sim a televisão que se parece ao seu público.”

Bibliografia

Anuário Comunicação 2008-2009. Lisboa, Obercom

Aguilar, F. (2000) *A televisão local em Espanha*, Observatório.

Arons de Carvalho, A. et al. (2005) *Direito da Comunicação Social*. Cruz Quebrada, Casa das Letras.

Asociacion para la Investigacion de Médios de Comunicacion (2002), *Censo de Televisiones Locales*, Madrid, Sersa.

Balandier, Georges (1999) *O Poder em Cena*, Coimbra, Minerva

Brandão, N. G. (2002) *O espectáculo das notícias – A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa, Editorial Notícias.

Brandão, N. G. (2006) *Prime Time – Do que falam as notícias dos telejornais*. Lisboa, Casa das Letras.

Brandão, N. G. (2010) *As Notícias nos Telejornais – Que serviço público para o século XXI?* Lisboa, Guerra e Paz.

Cádima, F. Rui (1988) *Televisão – anos 90*, in *Jornalismos, Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 181-186.

Cádima, F. Rui (1995) *Salazar, o Regime e a Televisão*, in *Revista de Comunicação e Linguagens, Comunicação e Política*, nº 21-22. Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Cádima, F. Rui (1998) *Local vs. Global*, in Miranda, J. Bragança, org. (1998), *Real vs. Virtual*, *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 223-235.

Cádima, F. R.(2002) *Televisão, qualidade e serviço público* (Coord.), Observatório, nº 6 – revista do Obercom. Lisboa, Observatório da Comunicação.

Câmara Municipal de Matosinhos (2006) – *Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada a 18 de Dezembro do ano 2006*. Matosinhos.

Campones, Carlos (2002). *Jornalismo de Proximidade: Rituais de Comunicação na Imprensa Regional*. Coimbra, Minerva.

Canavilhas, J. (2001) *O domínio da informação-espectáculo na televisão* [Em linha]. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/>> [Consultado em 06/05/07].

Coelho, Pedro (2005). *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*. Lisboa, Livros Horizonte.

Correia, F. (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa, Editorial Caminho.

Correia, João Carlos (1998). *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Duarte, Feliciano Barreiras (2005). *Informação de proximidade*. Lisboa: Âncora Editora

Eco, Umberto (1981), *Una nueva era en la libertad de expresión*, in: Bassets, Lluís, *De las Ondas Rojas a las Radios Libres*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981 p.213-230.

Eco, Umberto (1985) *La Guerre du Faux*, Grasser, Paris

Entidade Reguladora da Comunicação Social, Conselho Regulador da (2010). *Deliberação 4/AUT-TV/2010 – Pedido de alteração da denominação e do projecto aprovado para o serviço de programas RNTV*, Lisboa.

Ferreira, Paulo (2005). *O custo das não decisões na imprensa local e regional portuguesa*.

in: FIDALGO, António e SERRA, Paulo (Orgs.). Actas dos III Sopcom, IV Lusocom e II Ibérico (volume III). Covilhã: Universidade da Beira Interior, pp. 145-156.

Fidalgo, J. (1999) O que é, ou não é, Notícia? [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.clix.pt/nos/provedor/textos-fidalgo/index.html>> [Consultado em 24/01/11].

Girod, C. (2010). *O tempo dos “slow media”*, Le Courier de Genève cit. in *Courrier International* nº 179, tradução de Ana Marques, Janeiro 2011.

Golding, P. e Elliott, P. (1979) *Making the news*, Londres, Longman.

Guattari, F. (1980) *La Révolution Moléculaire*, Paris, UGE.

Halimi, S. (1998) *Os Novos Cães de Guarda*. Oeiras, Celta.

Jeanneney, J. (2003) *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa, Terramar.

Jespers, J. (1998) *Jornalismo Televisivo*, Coimbra, Minerva.

Jost, F. (2003) *Vous regardez Big Brother*, in Lochard, G. e Soulez, G. (2003) *MédiaMorphoses – La télé-réalité*, INA / Inathèque de France.

Leblanc, Gérard (1989) *A Actualidade Trágica*, in *Revista de Comunicação e Linguagens* nº 9, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Lopes, F. (1999) *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra, Minerva.

Lopes, F. (2000) *O Panorama Audiovisual Português: o passado recente e o futuro próximo*. 4º Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, S. Vicente, Brasil, 19-22 de Abril.

Lopes, F. (2006) *Informação está ao serviço do voyeurismo*. [Em linha]. Disponível em <<http://pontodeanalisesentrevistas.blogspot.com/2006/02/felisbela-lopes-informao-est-servio-do.html>> [Consultado em 24/01/10].

Machado, J. (2004) *Apresentador de TV*. Lisboa, Lidel.

Marion, P. (1998) *Au senil du TJ, in Penser la Télévision*, actas do colóquio de Cerisy.

Mesquita, M. (2003) *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra, Minerva.

Mesquita, M. (1995) *Tendências da Comunicação Política* in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 21-22, pp. 383-398, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,

Mota, Dora (2005) *Comunicação e Sociedade*, vol. 7, 2005, pp. 115-152. *A televisão adiada: as políticas para a televisão regional e local em Portugal*. Disponível em <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/viewFile/4710/4424>. [Consultado em 10/12/2010].

Moragas Spà, M. (1996) *Espacio audiovisual Y regiones en Europa – política, cultura y mercado*. Madrid, Fundesco.

Musso, P. (1991) *Régions d'Europe et Télévision*. Calais, Éditions Miroirs.

Oliveira Martins, L. (2006) *Mercados Televisivos Europeus*. Porto, Porto Editora.

Patterson, T. (1997) *The News Media: An Effective Political Actor?* In: *Political Communication*, vol.14.

Pinto, M. (1999) *Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo*. *Comunicação e Sociedade*, 2: 277-294

Pinto, R. J. (1997) - *The Evolution of the Structure of Political Journalism in Four "Quality" Newspapers (1970-1995)*. Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade

de Sussex, disponível para consulta na biblioteca da Universidade Fernando Pessoa (Porto - Portugal).

Pinto, R. J. (2000) Definição de *Notícia* in Szymaniak, W. J. (coord.) et al. (2000). Dicionário de Ciências Da Comunicação. Porto, Porto Editora.

Pinto, R. J. (2000) Definição de *Infotainment* in Szymaniak, W. J. (coord.) et al. (2000). Dicionário de Ciências Da Comunicação. Porto, Porto Editora.

Pinto, R. J. (2002). *De Costas Voltadas (As Divergências de Interesses Temáticos entre os Jornalistas e os Académicos)*. [Em linha]. Disponível em <www.consellodacultura.org> [Consultado em 11/05/07].

Público, *Televisão pirata de 24 para 25 de Abril*, 22 de Abril de 1995;

Público, *Vêm aí as novas televisões*, 19 de Maio de 1995

Rebelo, C. T. (2010) *TV Local e a alegação da sociedade civil, a diversidade e o pluralismo: O (não) caso português*. Actas do II Congresso Internacional Latina de Comunicación Social – Universidad de La Laguna.

Rebelo, J. (1993) *No Primeiro Aniversário da Televisão Privada em Portugal* in *Análise Social* Vol. 122 pp.653-677 (2000) O Discurso do Jornal, Lisboa, Editorial Notícias.

Ribeiro, Luísa (2006). *Novos actores no campo da informação de proximidade*. In: Manuel Pinto & Joaquim Fidalgo (coord.). *Anuário 2006 – A comunicação e os media em análise*. Universidade do Minho, pp. 93-104.

Rodrigues, A. D. (1999) *Comunicação e Cultura – a experiência cultural na era da informação*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença.

Rodrigues do Santos, J. (2001) *Comunicação*. Lisboa, Prefácio.

Dearing, James e Rogers, Everett (1996) *Agenda-Setting – Communication concepts 6*. Thousand Oaks - California, Sage publications.

Santos, R. (2004). *Paleotelevisão e Neotelevisão*. [Em linha]. Disponível em <<http://industrias-culturais.blogspot.com/2004/07/esta-mensagem-n-200-do-blogue-marktest.html>> [Consultado em 21/12/10].

Santos, Sofia (2007) *Imprensa Regional – Temas, problemas e estratégias da informação local*. Lisboa, Livros Horizonte.

Sítio da Agência Financeira. [Em linha]. Disponível em <<http://www.agenciafinanceira.iol.pt>>. [Consultado em 20/01/2011].

Sítio do Diário Económico. [Em linha]. Disponível em <<http://diarioeconomico.sapo.pt>>. [Consultado em 10/12/2010].

Sítio do Sindicato dos Jornalistas. [Em linha]. Disponível em <<http://www.jornalistas.online.pt>>. [Consultado em 09/12/2010].

Sítio da RTP [Em linha]. Disponível em <<http://www.rtp.pt>>. [Consultado em 29/12/2010].

Sítio da SIC [Em linha]. Disponível em <<http://sic.sapo.pt>>. [Consultado em 29/12/2010].

Sítio da TVI [Em linha]. Disponível em <<http://www.tvi.iol.pt>>. [Consultado em 29/12/2010].

Sítio da RTV [Em linha]. Disponível em <<http://www.rtv.com.pt>>. [Consultado em 30/01/2011].

Sousa, J. P. (2000). *Cadernos de Estudos Mediáticos II*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2001) *Utilização de Fontes Anónimas no Noticiário Político dos Diários Portugueses de Referência: Um Estudo Exploratório*. [Em linha]. Disponível em

<http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.html#foot1488> [Consultado em 16/12/10].

Sousa, Jorge Pedro (2002). *Comunicação regional e local na Europa Ocidental – Situação geral e os casos português e galego*. [Em linha]. Disponível em <www.bocc.ubi.pt> [consultado em Novembro de 2010]

Sousa, J. P. e Aroso, I. (2003) *Técnicas Jornalísticas nos Meios Electrónicos*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2003). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media – 2ª edição revista e ampliada*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. e Prado A. L. (2009). *Tendências da pesquisa em Jornalismo em Portugal: 1974 – 2010*. Anuário UNESCO/Methodista de Comunicação Regional.

Szymaniak, W. J. (coord.) et al. (2000). *Dicionário de Ciências Da Comunicação*. Porto, Porto Editora.

Traquina, N. (2000) *O poder do jornalismo: Análise e Textos do agendamento*, Coimbra, Minerva.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa, Quimera.

Traquina, N. (2002). *Teorias do Jornalismo – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*, Florianópolis, Editora Insular.

Traquina, N. (2004). *Teorias do Jornalismo – por que as notícias são como são*, Florianópolis, Editora Insular.

Valim, M. (2004). *Iluminação em Televisão – Conceitos*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.tudosobrev.com.br/ilumina/>> [Consultado em 24/01/11].

Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença.

